

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

FUNDAMENTOS DO ESTRUTURALISMO NA TEORIA ORGANIZACIONAL:
Elementos para a crítica do estudo estruturalista das organizações

ROBERTO MÁRIO SCHRAMM JR.

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2000

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS**

**FUNDAMENTOS DO ESTRUTURALISMO NA TEORIA ORGANIZACIONAL:
Elementos para a crítica do estudo estruturalista das organizações**

**AUTOR:
ROBERTO MÁRIO SCHRAMM JR.**

**ORIENTADO POR:
PROF. JOSÉ NILSON REINERT**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
TEORIA ADMINISTRATIVA**

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2000

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção da graduação no Curso de Administração na Universidade Federal de Santa Catarina, pela Banca Examinadora que atribuiu nota _____ ao acadêmico Roberto Mário Schramm Jr., na disciplina Estágio II – CAD 5401.

Banca Examinadora:

Professor José Nilson Reinert

Presidente da Banca

Professor Sinésio Stefano Dubilela Ostroski

Membro da Banca

Professora Eloise Helena Livramento Dellagnelo

Membro da Banca

Florianópolis, dezembro de 2000.

DEDICATÓRIA

IN MEMORIAN:
Ademar Dias de Oliveira
(1920 – 2000)
Nec Spe, Nec Metu

EPÍGRAFE

(...) as colunas da ordem e da desordem.
Murilo Mendes
(1930)

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1. INTRODUÇÃO	7
1.1 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	7
1.2 JUSTIFICATIVA	9
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	10
2. ESTRUTURA E ESTRUTURALISMO	13
2.1 “ESTRUTURA” E O MODELO LINGÜÍSTICO.....	13
2.1.1 O “corte” sassureano	13
2.1.2 A importação do modelo lingüístico.....	14
2.2 A NOÇÃO “TRADICIONAL” DE ESTRUTURA.....	17
2.3 ESTRUTURA E DIFERENÇA: O ESTRUTURALISMO COMO MÉTODO COMPARATIVO	19
2.4 ESTRUTURA VS. ORGANIZAÇÃO	20
2.5 PENSAMENTO ESTRUTURAL NAS ORGANIZAÇÕES COMPLEXAS.....	21
2.5.1 O campo da teoria organizacional.....	22
2.5.2 A abordagem estruturalista da teoria organizacional.....	23
2.5.3 Sincronia, diacronia e teoria organizacional	25
2.6 TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO ESTRUTURAL	27
2.6.1 Estrutura, modelo, dialética e significação	27
2.6.2 Tendências do pensamento estrutural na teoria das organizações.....	29
3. ESTRUTURA, MODELOS E ANÁLISE ORGANIZACIONAL.....	33
3.1 ESTRUTURA E MODELOS	33
3.1.1 Estruturalismo “abstrato”	33
3.1.2 Estruturalismo “concreto”.....	36
3.2 CRÍTICA ESTRUTURALISTA DOS MODELOS DE ANÁLISE ORGANIZACIONAL.....	37
3.2.1 As etapas da análise organizacional.....	38
3.2.2 Crítica dos modelos formais de análise organizacional.....	39
3.2.3 Crítica dos modelos informais de análise organizacional.....	42
3.3 A ABORDAGEM COMPARATIVA: ESTRUTURALISMO E A CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE ANÁLISE ORGANIZACIONAL	46
3.3.1 “System models”	46
3.3.2 Grupo de modelos: a abordagem comparativa.....	48
3.3.3 O modelo de Etzioni.....	50
4. ESTRUTURALISMO FENOMENOLÓGICO E ESTRUTURALISMO DIALÉTICO NA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES	57
4.1 ESTRUTURA, FENOMENOLOGIA E “ESTRUTURALISMO WEBERIANO”	59
4.1.1 Estrutura e significação	59
4.1.2 Estrutura, significação e o estudo das organizações complexas	60
4.1.3 A releitura estruturalista do “estruturalismo” weberiano	62
4.2 ESTRUTURA, DIALÉTICA E CONFLITO ORGANIZACIONAL	65
4.2.1 Estrutura e dialética	65
4.2.2 A dialética do conflito.....	67
4.2.3 O estudo estruturalista do conflito organizacional.....	70
4.2.4 A síntese estruturalista.....	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

Resumo

O presente trabalho tem como fim empreender um estudo exploratório, de caráter eminentemente teórico, acerca dos fundamentos do estruturalismo na teoria organizacional, tendo em vista reunir elementos para uma crítica do pensamento estrutural no estudo das organizações.

O trabalho se inicia com as origens do estruturalismo em lingüística e descreve a importação deste modelo para o âmbito das demais ciências do homem, o que implica em um novo posicionamento frente ao objeto de estudo dessas disciplinas, que se traduz em termos da predominância dos aspectos sincrônicos. A partir disso, descreve-se o itinerário da evolução do sentido da noção de estrutura, que culmina na noção propriamente estruturalista de um conjunto interrelacionado, de caráter sistêmico e analisado em função de suas diferenças. Todos esses aspectos são confrontados com a abordagem estruturalista da teoria organizacional, afim de verificá-los e contextualizá-los neste campo específico.

Após isso, o estudo começa a analisar o estruturalismo na teoria organizacional em função das articulações que determinam as principais tendências de aplicação do método. Isto toma forma, primeiramente, com a análise das articulações entre as noções de *estrutura* e *modelo*.

Sob essa perspectiva, apresenta-se essa articulação nos termos gerais do método estruturalista para, em seguida, apresentar a crítica estruturalista aos modelos de análise organizacional – construídos com vistas a uma noção tradicional de estrutura – e descrever um modelo de análise comparativa de organizações complexas proposto por Etzioni.

Por fim o trabalho passa a considerar as articulações entre as noções de *estrutura* e as de *significação* e *dialética* tomadas conjuntamente como uma tendência de cunho filosófico, em oposição ao cunho matemático do “estruturalismo de modelos”. No escopo dessa análise percebe-se a forte presença da dialética no pensamento estruturalista da teoria organizacional.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do estudo

A abordagem estruturalista da teoria das organizações ocupa uma posição de destaque na história do pensamento organizacional e do estudo da administração. Fruto de uma convergência das muitas disciplinas humanas e sociais no estudo das estruturas inconscientes que condicionam a realidade empírica, esta escola apresentou contribuições de extrema relevância para uma compreensão totalizante dos fenômenos organizacionais; inserida num momento histórico no qual:

“A sociologia e a psicologia são chamadas a se tornar saberes eficazes no próprio seio da empresa, no quadro da religião nova dos anos 50: a modernidade. Elas devem, como a música, adoçar os costumes, evitar os conflitos eventuais no mundo do trabalho, desenvolvendo ao máximo as taxas de produtividade. Aparece uma estrutura técnica que tem necessidade de um novo saber, saber esse alimentado pelas ciências sociais nas escolas especializadas em administração que, então, se multiplicam” (Dosse, 1994:107).

Originária das pesquisas acadêmicas dos sociólogos franceses e norte-americanos a abordagem estruturalista se manifestou contra a parcialidade e a insuficiência das escolas clássica e de relações humanas, no sentido em que essas abordagens defendiam visões aparentemente contraditórias e incapazes de descrever a realidade das organizações modernas em seus aspectos mais essenciais. Os estruturalistas propuseram uma abordagem múltipla que englobava as determinações das escolas precedentes; introduzia a noção de um conflito estrutural entre os interesses da organização e dos indivíduos que dela participam; e abordava a organização sob uma perspectiva que implicava na descrição e crítica de seu funcionamento.

As contribuições advindas desta escola são bastante conhecidas. Tendo em vista o apreço da escola clássica pelos aspectos formais da organização, e a orientação contrária da escola humanista, dirigida aos aspectos dos grupos informais; os estruturalistas tomaram a organização como um todo e se dedicaram a analisá-la sob todos estes aspectos, simultaneamente.

O estruturalismo na teoria organizacional, contudo, foi apenas um entre muitos. Seus fundamentos foram compartilhados por disciplinas como a lingüística, a

antropologia, a psicologia, a etnologia, a economia e a sociologia. O estruturalismo foi, neste sentido, um método essencialmente universal no âmbito das ciências humanas e sociais – uma linguagem comum compartilhada pelas ciências do homem, fundamentada por uma noção (relativamente) comum de *estrutura*.

É essa perspectiva que costuma se perder na análise conjunta das diversas abordagens da teoria organizacional. Sob esse ponto de vista, a tendência é considerar o momento estruturalista como uma etapa já cumprida da evolução dos modelos de análise organizacional, de modo que o seu estudo dá-se, freqüentemente, através de uma análise das contribuições da escola para o estudo e a prática da administração.

Este tipo de estudo, porém, tende a deixar de lado os fundamentos do estruturalismo, as condições pelas quais o método propiciou uma nova ótica para a abordagem de organizações das mais diversas naturezas. São estes fundamentos, contudo, que permitem caracterizar a real dimensão da escola estruturalista na teoria organizacional, assim com a desconsideração destes fundamentos dificulta uma tomada de posição efetiva quanto à validade destas contribuições na conjuntura atual e impede uma revisão crítica do estruturalismo por força de equívocos, imprecisões e reduções analíticas advindas da contabilização superficial dos avanços da escola em seu momento histórico mais significativo.

Tendo isso em vista, o presente trabalho tem como objetivo discutir esses fundamentos do estruturalismo na teoria organizacional em função da noção de *estrutura* e das noções de *modelo*, *dialética* e *significação*, na medida em que estas últimas se articulam com a própria noção de *estrutura* para definir as tendências de aplicação do método estruturalista neste contexto. Essa abordagem, por sua vez, busca reunir os elementos que devem permitir uma crítica ampla do estudo e da concepção estruturalista das organizações complexas, a ser empreendida em estudos futuros.

Este trabalho, portanto, tem como base a evolução do sentido da noção de estrutura, partindo de sua acepção etimológica até o sentido estrito do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Jean Piaget, Michel Foucault e demais expoentes desta linha de pensamento que dominou o campo da idéias nesta segunda metade do século XX. Deste modo, o presente trabalho também se propõe – em termos específicos – a definir o itinerário desta evolução, contextualizando as origens

do programa estruturalista e da disseminação do método sob a perspectiva de sua própria interdisciplinaridade; correlacionar esses fundamentos com os da abordagem estruturalista da teoria organizacional; e definir as tendências de aplicação do método – segundo as determinações das referidas noções de *modelo*, *dialética* e *significação* – no estudo dos fenômenos organizacionais.

Tendo definido estes aspectos, o trabalho segue com a descrição pormenorizada dessas articulações e com a análise dos pressupostos da abordagem estruturalista no campo das organizações frente aos fundamentos do método; de modo a compreender os mecanismos do pensamento estrutural em função de suas noções fundamentais.

Convém acrescentar que, conforme a direção estabelecida por essa proposta de análise, o presente estudo não se pretende uma abordagem de caráter introdutório. A presente discussão dos fundamentos do estruturalismo, neste sentido, preocupar-se-á menos com a descrição da escola estruturalista da teoria das organizações, de seus principais autores e de suas contribuições do que com a mecânica interna do pensamento estrutural no contexto do estudo das organizações.

1.1 Justificativa

O presente estudo se justifica em diversos níveis. Primeiramente, em vista de sua revisão do programa estruturalista na teoria organizacional, ele se insere em um movimento de reavaliação do paradigma estruturalista comum a várias disciplinas. Neste sentido, este trabalho pretende contribuir para este movimento com elementos concretos para essa avaliação, a partir de sua discussão dos fundamentos do método no âmbito da teoria organizacional.

Em segundo lugar, pretende-se, igualmente, desfazer certos equívocos com relação à abordagem estruturalista das organizações, principalmente com relação a suas principais tendências. O aprofundamento disso pode ser significativamente benéfico para abordagens posteriores do estruturalismo neste contexto.

Um outro nível da relevância dessa discussão dos fundamentos do estruturalismo na teoria organizacional refere-se a uma maior compreensão da noção mesma de estrutura, no âmbito do estudo e da administração de organizações. O amplo estudo desta noção fundamental, conjuntamente com as referidas noções que a ela se articulam, permitirá uma tomada de posição mais precisa quanto a noção de

estrutura, permitindo que se contemple sob uma nova ótica um conceito amplamente utilizado nas ciências da administração.

Este último particular permite que o estudo se justifique também do ponto de vista da prática administrativa. O estudo da noção de estrutura deve revelar uma série de elementos que não costumam ser levados em conta no planejamento e no desenho das estruturas de poder nas organizações. Levando-se em consideração as necessidades atuais por estruturas mais flexíveis, tais fatores podem ser de suma importância para a eficácia de tais ações.

Por fim, os conteúdos discutidos neste estudo podem fornecer parâmetros para a crítica de “novos” modelos de gestão e de análise organizacional na medida em que tais modelos se mostrem vinculados a modelos participantes de uma lógica interna semelhante aos modelos tradicionais, criticados pelos estruturalistas.

1.2 Aspectos Metodológicos

No que se refere a sua natureza, seguindo a taxinomia proposta por Vergara (1990), pode-se classificar o presente estudo quanto a suas finalidades e quanto aos meios utilizados para atingir-se esses fins.

No que diz respeito ao primeiro critério, o presente estudo deve ser classificado como exploratório.

Segundo Gil (1987:45-46) são exploratórias as pesquisas que se propõem a proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Para Cervo & Bervian (1983:56) a pesquisa exploratória descreve precisamente uma determinada situação a fim de descobrir as relações entre os elementos que compõem essa situação. Neste sentido, ela requer “(...) um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação” (Cervo & Bervian, op.cit.:56).

Neste sentido, levando-se em consideração seus objetivos, qualifica-se o estudo pretendido como exploratório devido a sua pretensão de levar a termo uma revisão rigorosa da literatura no sentido de aprimorar o conhecimento acerca dos fundamentos do estruturalismo na teoria das organizações e levantar elementos para estudos posteriores que pretendam levar a termo uma abordagem crítica do pensamento estruturalista nas organizações.

Quanto ao segundo critério, que é definido por Gil (1987:48) como o agrupamento de projetos de pesquisa de acordo com os procedimentos técnicos utilizados; o presente trabalho se constitui em uma pesquisa bibliográfica. Segundo o autor, "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 1987: 48).

Este estudo, neste sentido, trata-se de uma pesquisa bibliográfica porque, conforme definição de Cervo & Bervian (1983:55), procura explicar o problema dos fundamentos do estruturalismo na teoria administrativa através de um referencial teórico já previamente estabelecido e publicado.

O estudo pretendido teve como fontes, além das obras de leitura corrente necessárias para a revisão crítica da bibliografia, a literatura de referência informativa e remissiva disponível.

Tendo-se em vista essa definição tipológica do estudo pretendido, cumpre que se estabeleça também os procedimentos e técnicas a serem utilizados na coleta das informações. Estas técnicas se referem aos processos específicos de leitura informativa, devido ao caráter eminentemente bibliográfico e exploratório do estudo a ser realizado.

A leitura informativa é definida por Cervo e Bervian como aquela que é feita:

"(...) com vistas à coleta de dados ou informações que serão utilizados em trabalhos para responder a questões específicas. Deve-se sempre ter presente o objetivo da pesquisa, caso contrário a leitura informativa torna-se distrativa ou passatempo" (1983 : 85).

Os autores definem quatro fases principais para o processo de leitura informativa (Cervo & Brevian, Op.cit.:85). São estas fases a leitura de reconhecimento e pré – leitura; a leitura seletiva; a leitura crítica ou reflexiva; e a leitura interpretativa. A abordagem do referencial teórico disponível baseou-se no processo que tais fases implicam, a saber:

- Levantamento da bibliografia disponível;
- Seleção das obras mais relevantes para os objetivos do trabalho;
- Análise crítica dos conteúdos do referencial selecionado; e
- Interpretação e correlação dos textos.

Neste estudo, em face de seu caráter exploratório, optou-se por obras generalistas em seus primeiros momentos, a fim de levantar os aspectos principais do

estruturalismo, buscar uma perspectiva adequada para a discussão de seus fundamentos no contexto da teoria das organizações e definir as concepções dominantes acerca do tema. A partir disso, o desenvolvimento do estudo pôde definir um elenco de autores significativos. Posteriormente a análise destes autores, procurou-se retomar a leitura inicial dos aspectos principais do estruturalismo sob uma perspectiva crítica, elaborando uma nova síntese, da qual resultou a forma final do presente trabalho.

2. Estrutura e estruturalismo

2.1 “Estrutura” e o modelo lingüístico

O método estruturalista, em seus primórdios e a noção mesma de *estrutura* começam a tomar uma posição central no pensamento moderno menos em função da introdução de novos elementos no conjunto de pressupostos que fundamentam as chamadas ciências sociais, do que a partir de uma nova postura diante da inserção temporal do objeto de uma ciência social em particular.

O novo posicionamento de Ferdinand de Saussure no âmbito das ciências *lingüísticas* forneceu um paradigma metodológico rigoroso aos cientistas sociais da segunda metade do século XX, bem como os elementos teóricos necessários para uma nova abordagem da noção de estrutura, partindo de uma noção *etimológica* ou “tradicional” e culminando na instauração de um programa nitidamente *estruturalista* – preocupado menos com os termos constituintes de seu objeto do que com as relações entre estes termos (Simonis, 1979:22-23).

Não interessa ao presente estudo uma revisão detalhada deste novo *corte* no âmbito do estudo dos fenômenos lingüísticos. Entretanto, é fundamental que se exponha aqui a natureza desse novo posicionamento, e que se esclareça o seu papel na construção de um método efetivamente estruturalista. As origens do estruturalismo remontam, necessariamente a esta contribuição de Saussure para a lingüística moderna. Para compreender os termos da importação dessa nova metodologia faz-se necessário averiguar os elementos principais do modelo lingüístico.

2.1.1 O “corte” saussureano

O caráter revolucionário do *corte saussureano* se refere, em grande parte, a uma nova abordagem da percepção dos elementos constituintes de uma determinada linguagem no tempo, o que resultou na introdução dos termos *sincronia* e *diacronia*. Segundo Lepargneur:

“A *sincronia* é a lei de coexistência dos elementos que se enterdeterminam mutuamente. Ela faz a abstração do tempo por se situar num determinado instante. A *diacronia* é a lei de sucessão no tempo de um sistema; corresponde à sua evolução histórica” (1972: 16).

Sassure, no entender de Lepargneur (Op.cit.:16-17), encontrou uma ciência da linguagem marcada pelo estudo diacrônico dos fenômenos lingüísticos, preocupada com a evolução das línguas; e propôs uma abordagem sincrônica, voltada para os estudos dos sistemas de sons ou palavras e das leis de suas combinações em um determinado momento. As implicações desta nova abordagem foram didaticamente expostas pelo próprio Sassure, através de uma analogia de seu campo específico com o jogo de Xadrez. Segundo Sassure:

“O fato de ele ter passado da Pérsia à Europa é de ordem externa; interna, pelo contrário, tudo o que diz respeito ao sistema e às suas regras. Se eu substituo peças de madeira por peças de marfim, a mudança é indiferente para o sistema; mas se eu diminuir ou aumentar o número de peças, essa mudança atinge profundamente a gramática do jogo” (in Lepargneur, op. cit.:17).

Com o advento desta nova postura diante de seu objeto, a lingüística começa a se interessar, sobretudo, pela descrição de uma certa fase de uma determinada língua (Lepargneur, op.cit.:17), no sentido do seu sistema de relações internas. Em suma, trata-se de investigar as estruturas da linguagem e descobrir as regras do “jogo”.

2.1.2 A importação do modelo lingüístico

Segundo Dosse (1992:33), a transposição dos métodos da lingüística estrutural para outras disciplinas sociais foi efetuada pela primeira vez pelo etnólogo francês Claude Levi-Strauss, na ocasião de seu estudo acerca das estruturas fundamentais dos sistemas de parentescos nas sociedades ditas primitivas.

De acordo com Simonis (1979:16-17), Lévi-Strauss teria se interessado pelo rigor e profundidade do método sassureano. Para o etnólogo, a abordagem estrutural do modelo lingüístico – se aplicada no estudo dos fenômenos sociais – poderia fornecer resultados participantes de graus de confiabilidade, representatividade objetiva e precisão similares aos das ciências exatas. O problema foi expresso por Lévi-Strauss da seguinte maneira:

“Pode o sociólogo, utilizando um método análogo quanto a forma (senão quanto ao conteúdo) ao introduzido pela fonologia, fazer cumprir à sua ciência um progresso análogo ao que acaba de tomar lugar nas ciências lingüísticas?” (1973 : 49).

Este “método análogo” a que o autor se refere diz respeito ao corte sassureano, e ao desenvolvimento da nova metodologia, efetuada por seus seguidores, onde:

“(...) a fonologia passa do estudo dos fenômenos lingüísticos conscientes ao da sua infra-estrutura inconsciente; ela se recusa a tratar os termos como entidades independentes, tomando, ao contrário, como base de sua análise as relações entre os termos; introduz a noção de sistema (...); enfim, visa à descoberta de leis gerais (...). Assim, pela primeira vez, uma ciência social consegue formular relações necessárias” (Lévi-Strauss, op. cit. : 48).

Com a publicação de *Les Structures Elementaires de la Parente* em 1947, Lévi-Strauss prova que o modelo lingüístico possui livre trânsito nas ciências sociais. Partindo de uma “invariante estrutural” – a proibição do incesto, tida pelo autor como o impulso fundamental a socialização (Lévi-Strauss, 1967:15- 29) – comum a todos os sistemas de parentesco das sociedades estudadas, o etnólogo francês estuda a “infra-estrutura” inconsciente que condiciona as relações de parentesco de diversos agrupamentos; expõe o sistema de relações subjacente a este fenômeno; e acaba por demonstrar as leis gerais do parentesco, deduzidas a partir da formulação das “relações necessárias”, em um estudo comparativo de diferentes sistemas de parentesco. Com esta obra, Lévi-Strauss consolida a importação do modelo lingüístico e impõe a noção *estrutura* como o centro das preocupações de cientistas sociais das mais diversas orientações e disciplinas. *Les Structures (...)* marca o nascimento do estruturalismo como método de uso universal das ciências humanas e sociais.

Para Simonis, a adoção do modelo lingüístico teve um impacto sobre os estudos dos sistemas de parentesco semelhante ao do corte sassureano na fonologia:

“A situação do estudo dos problemas de parentesco, como o da lingüística antigamente, centrava-se numa relação diacronia-sincronia, onde a diacronia devia, quase só, dar conta dos fenômenos sincrônicos ou estruturais. Com o aparecimento da fonologia, a relação inverte-se e é a sincronia ou aspecto estrutural dos fenômenos que torna inteligível o seu aspecto diacrônico (grifo nosso) ” (Simonis, op. cit. : 18).

Com isto, percebe-se que este programa estruturalista emergente não exclui a possibilidade de estudar a diacronia de um determinado objeto, embora condicione esse estudo aos aspectos sincrônicos de sua estrutura interna de relações. Neste sentido, segundo Lepargneur:

“O estruturalismo nasceu da perspectiva sincrônica, por serem mais simples suas leis nesta abstração do tempo. (...) a noção de estrutura diacrônica é muitas vezes um tanto obscura; segundo

Beneviste, a análise diacrônica 'consiste em colocar duas estruturas sucessivas e explicar suas relações mostrando que partes do sistema anterior foram atingidas ou ameaçadas, e como se preparava a solução realizada no sistema posterior'¹, o que subordina claramente a análise sincrônica à análise diacrônica" (Op.cit.:18).

Seguindo essa linha de raciocínio, a idéia de que a importação do modelo lingüístico teria contribuído de forma superficial para a construção de um método positivo para as ciências sociais se mostra imprecisa. Mais do que uma simples transposição de certos conceitos, Lévi-Strauss operou a importação do método que orientava a aplicação destes conceitos. Não se trata, portanto de adotar gratuitamente as noções de sincronia e diacronia, mas de estudar profundamente as estruturas de relações imanentes aos fenômenos sociais sob essa nova perspectiva de subordinação do diacrônico ao sincrônico. Trata-se, em suma, segundo o próprio Lévi-Strauss (Op. cit.:57), de considerar as relações entre os termos e não os termos em si.

Embora a utilização da terminologia e dos conceitos estabelecidos no modelo lingüístico – como notou Roland Barthes – indique efetivamente a presença do paradigma estruturalista no desenvolvimento de um determinado estudo, não se pode dizer que os conceitos por trás desta terminologia caracterizem por si próprios um programa estruturalista. Para tanto, é necessário que se estude a noção mesma de *estrutura*, tendo em vista ser esta a noção que designa os sistemas de relações que condicionam os fenômenos sociais. Este estudo, por outro lado, deve ser abordado de modo a evidenciar uma evolução do termo em direção a um conceito de estrutura própria do programa estruturalista.

Este estudo diacrônico da própria noção de *estrutura* deve também estar, subordinado às finalidades do presente trabalho, tendo em vista que este processo de evolução do termo que se pretende caracterizar deverá ser retomado em função da teoria organizacional. Sendo assim, cumpre que se apresente uma *definição* do próprio estruturalismo que observe os seguintes quesitos:

- Ofereça subsídios que caracterizem o estruturalismo em função da noção de estrutura;
- Apresente uma abordagem desta noção que seja – como queriam Roland Barthes e Roger Bastide – diversa da noção “tradicional”, compartilhada por outros modos

¹ Beneviste in Lepargneur, op. cit. : 18.

de pensamento, ou mesmo que estabeleça um *conceito* de estrutura especificamente estruturalista; e

- Correlacione esta noção ou conceito de *estrutura* com a noção de *organização*, no sentido geral de uma determinada característica de conjuntos organizado e no sentido particular de agrupamentos deliberadamente constituídos para determinados fins.

2.2 A noção “tradicional” de estrutura

Estes quesitos são satisfatoriamente contemplados por um estudo de Jean Pouillon, publicado originalmente na edição de n.º 246 de *Les Temps Modernes*², em 1966. Este texto possui a vantagem acessória de constituir-se em um clássico da teoria do estruturalismo, amplamente referido em tentativas posteriores de apresentação do problema da definição do programa estruturalista em função de seus fundamentos.

Segundo Pouillon (1967:3), pode-se identificar uma noção “tradicional” de estrutura utilizada ostensivamente no âmbito da filosofia e das ciências que antecede a abordagem estruturalista. Esta noção refere-se ao seu significado etimológico expresso adequadamente por enciclopédias e dicionários³.

Nesta acepção, *estrutura* diz respeito à maneira pela qual um edifício é construído, assim como – por extensão – ao modo como as partes de um todo são dispostas entre si. Neste sentido, acrescenta-se a idéia de solidariedade entre os elementos constitutivos deste todo. Seguindo essa linha etimológica, Pouillon define a acepção etimológica ou tradicional da noção de estrutura como:

“(…) aquilo que nos revela a análise interna de uma totalidade: elementos, relações entre os elementos e o arranjo, o sistema dessas mesmas relações. (...) Esta [a estrutura, neste sentido estrito] é, em suma, o arcaboço, o esqueleto do objeto” (Pouillon, op.cit.:3).

Uma definição semelhante pode ser expressa pelo que Lepargneur entende como “formulação clássica”, onde a noção de estrutura designa“(…) um conjunto de elementos entre os quais existem relações, de forma que toda a modificação de um

² Esta edição foi totalmente dedicada a problemática do estruturalismo.

³ Segundo Bastide (1971), a palavra “estrutura” deriva do verbo latino *struere*, que significa construir

elemento ou de uma relação acarreta a modificação dos outros elementos e relações” (Lepargneur, op.cit.:4-5).

A estrutura, nesta acepção, não pode ser aprioristicamente considerada como o elemento chave do programa estruturalista. Como notou Bastide, a noção tradicional de estrutura não apresenta nenhuma diferença significativa com relação às noções vizinhas de *sistema*, *forma*, ou *organização*. Não caracteriza, portanto, nenhuma orientação específica de um *pensamento estrutural*.

A noção tradicional de estrutura não está, tão pouco, circunscrita ao âmbito das ciências humanas e sociais. Um estruturalismo deduzido a partir desta noção tradicional dificilmente sustentar-se-ia enquanto “escola” ou método específico de um certo campo do pensamento científico. Nessa visão tradicional, segundo Lepargneur:

“(…) o estruturalismo é velho; os viventes que os naturalistas estudam são estruturas, a molécula que os químicos estudam é estrutura, a sociedade que os sociólogos e politólogos estudam é estrutura.” (Lepargneur, op.cit.: 4);

e, todavia, para o mesmo autor, “(…) No seu sentido específico atual, o estruturalismo abrange somente pesquisas em campos das chamadas ‘ciências humanas’ ” . (Lepargneur, op.cit.: 4).

Uma definição alternativa, extraída de LOGOS - enciclopédia luso-brasileira de filosofia, já levando em conta a contribuição estruturalista, oferece indícios concretos da evolução do termo: “Uma estrutura é um todo constituído por um conjunto de entidades entre si relacionadas por relações ao mesmo tempo de semelhança ou identidade e de diferença (grifo nosso)” (1990:565).

O destaque conferido a natureza destas relações é fundamental. Barthes (1967:19) já advertia que o estruturalismo não pode ser considerado um programa coerente simplesmente pelo uso de um termo já exaustivamente utilizado em outros diversos contextos, fato que foi observado no que diz respeito ao conceito tradicional de estrutura.

Segundo Pouillon, a noção tradicional de estrutura, que não leva em conta esse caráter de *diferença* e *identidade* simultâneas entre as relações internas do todo, é insuficiente para caracterizar um método ou uma teoria de cunho estruturalista, no

sentido moderno. Para ele:

“É necessário que a estrutura possa ser posta em questão, que a extensão desta noção e a realidade que ela designa possam ser contestadas, para que o estruturalismo tenha sentido como teoria e como método”. (Op.cit.: 4).

2.3 Estrutura e diferença: o estruturalismo como método comparativo

Pouillon argumenta que a primeira definição de um programa estruturalista em ciências humanas ocorre por oposição ao sentido “atomista” da noção tradicional de estrutura, que implica no isolamento de elementos em um conjunto formado por mera justaposição. Neste sentido, o estruturalismo se dedica a “(...) procurar as relações que dão aos termos que elas unem um valor “de posição” num conjunto organizado, em apreender conjuntos que a sua articulação torna significantes”. (Pouillon, op.cit.:6).

O estruturalismo começa, segundo o autor (Pouillon, op.cit.:6), com a ênfase nas idéias de totalidade e de interdependência. A “inspiração inicial” da corrente estruturalista seria, portanto, a criação de um método ao mesmo tempo analítico e totalizante.

Contudo, este sentido ainda não caracteriza o programa estruturalista propriamente dito. Este só se torna efetivo quando – no entender de Pouillon – conjuntos diversos podem ser aproximados em decorrência de suas diferenças. Neste sentido:

“O método consiste (...) em reconhecer, entre os conjuntos organizados, diferenças que não sejam alteridades puras mas que indiquem a relação comum segundo as quais elas se definem. Consiste em seguida, (...) em ordenar essas diferenças de tal maneira que os conjuntos considerados apareçam como variantes uns dos outros, e o conjunto desses conjuntos como o produto de uma combinatória.(grifo nosso)” (Pouillon, 1967: 8).

Esta nova definição merece um comentário. Para Lepargneur:

“Jean Pouillon diz bem que o estruturalismo começa quando se admite que conjuntos diferentes podem utilmente ser confrontados , não a despeito, mas em virtude de suas diferenças que procuram, então, ordenar. Distinguir, comparar, classificar, situar, é sempre perceber diferenças significativas e organizar fenômenos ou seres em razão desta tipologia (grifo nosso)” (Op. cit. : 7).

Neste ponto, pode-se vislumbrar uma orientação metodológica própria ao campo de estudo dos cientistas sociais, no sentido em que – por meio da noção de estrutura – os fenômenos sociais podem ser situados e organizados em tipologias em função de suas diferenças. Aqui, já não é possível uma sujeição do caráter sincrônico de uma determinada relação social à sua evolução diacrônica – embora esse aspecto diacrônico, como foi visto, ainda possa ser estudado em termos da sucessão temporal de quadros sincrônicos. Inverteu-se, contudo, a relação anterior de *diacrônica-sincrônica*, para *sincrônica-diacrônica*.

Essa orientação metodológica culmina na caracterização do estruturalismo como método comparativo; tendo em vista esta particularidade dos conjuntos organizados, que implica em diferentes configurações aparentes condicionadas por diferentes sistemas de relações imanentes. Segundo Lepargneur:

“O estruturalismo é metodologia de estudo comparativo, porque só acredita em diferenças. O método consistirá, então, em verificar as diferenças que se presumem significativas por uma hipótese de trabalho, e que devem ser comparadas como tais no equacionamento das observações” (Op.cit.:10).

Neste sentido, dois conjuntos organizados podem constituir-se em simples variações de uma determinada estrutura de relações, por mais diferentes que suas configurações aparentes possam se mostrar ao observador: dessa forma, a poder-se-á investigar a natureza da estrutura condicionante através da comparação dos conjuntos aparentes. De forma semelhante, dois conjuntos aparentemente semelhantes podem apresentar diferentes estruturas de relações internas, prestando-se igualmente a um estudo comparativo que permita revelar as diferentes estruturas, permitindo um conhecimento mais consistente dos objetos, e construir critérios de tipificação mais profundos.

2.4 Estrutura Vs. Organização

Neste ponto, torna-se fundamental a distinção entre as noções de *estrutura* e *organização*. Para Pouillon (Op.cit:155) a noção de *organização* diz respeito a superfície, ou seja, a um conjunto de elementos de ordem fatural que torna-se inteligível apenas quando a estrutura – no sentido de seu arranjo interno – pode ser

definida. A estrutura, portanto, é um elemento subjacente que não se confunde com a organização, e que condiciona o seu funcionamento.

Neste sentido, segundo Pouillon o estruturalismo consiste em descobrir sob os fatos observados em uma determinada organização as razões ocultas de sua aparência, levando-se em conta que a estrutura – já em sua acepção propriamente “estruturalista” – ultrapassa esta noção de organização, estabelecendo-a como “uma simples variante cujas transformações ela explica (...)” (Pouillon, Op.cit.:13). Sendo assim, a estrutura é ao mesmo tempo uma realidade – no sentido da organização concreta que ela “descobre” – e uma “categoria ou instrumento intelectual” (Op. cit.:13) – referindo-se a lei da variabilidade da Organização. Uma relação pode ser “estrutural”, portanto, em dois sentidos distintos:

- No sentido “de seu papel determinante no seio de uma dada Organização” (Pouillon, op.cit.:13) definido pelo adjetivo *structurel* na língua francesa; e
- No sentido de uma realização potencial de várias maneiras diferentes e determinantes em várias Organizações, conforme se expressa no adjetivo francês *structural*.

Em suma, o estruturalismo enquanto teoria e método de aplicação universal no âmbito das ciências humanas e sociais refere-se a análise totalizante das estruturas de relações subjacentes às organizações sociais em seus diversos contextos e variantes. Resulta do divórcio entre as noções de estrutura e organização, e se preocupa com as relações fundamentais que condicionam as relações aparentes; construindo tipologias e estabelecendo comparações entre organizações e suas respectivas estruturas imanentes, em uma perspectiva predominantemente sincrônica, inserida no campo das ciências sociais. Foi nessa acepção que o programa estruturalista marcou a segunda metade do século XX, de modo a “(...) derrubar as barreiras entre as disciplinas vizinhas e promover entre elas uma verdadeira colaboração” (Lévi-Strauss, 1976:18).”

2.5 Pensamento estrutural nas organizações complexas

Até o presente momento, os aspectos tratados no âmbito deste estudo, no que diz respeito à caracterização e definição do estruturalismo em função da evolução da noção de estrutura, forma tratados no seu sentido amplo; tendo em vista caracterizar os elementos do método estruturalista em função de sua universalidade no escopo das

ciências humanas e sociais. Neste sentido, privilegiou-se os princípios comuns a todas estas ciências, afim de que se saliente esse caráter interdisciplinar.

É necessário, entretanto, que se retome esses esforços de caracterização do método universal, bem como o próprio itinerário do estudo da evolução do sentido da noção de estrutura, tendo em vista correlacionar estes elementos com o campo específico das organizações complexas e as peculiaridades deste campo no sentido da orientação das metodologias de análise organizacional. Com isso espera-se estabelecer os princípios que regem o estudo das organizações e verificar as condições gerais da instauração do programa estruturalista nos processos de análise organizacional

Para tanto, cumpre que se estabeleça:

- O conceito de organização, e no que as organizações se diferenciam de outros tipos de agrupamentos sociais;
- A abordagem dos estruturalistas deste conceito, bem como do arcabouço teórico e analítico que o envolve;
- O referido itinerário da evolução do sentido da noção de *estrutura* na teoria organizacional; e
- A abordagem dos sistemas teóricos voltados para a análise dos fenômenos organizacionais em função das noções de sincronia e diacronia.

2.5.1 O campo da teoria organizacional

Uma rápida revisão da literatura em busca de uma definição para as organizações complexas procedente dos principais autores ligados à abordagem estruturalista revela alguns elementos básicos que estão presentes em praticamente todas as definições verificadas.

O primeiro destes elementos se refere ao modo pelo qual as organizações são formadas. Neste ponto, percebe-se que as organizações não são – ou muito raramente o são – constituídas por razões fortuitas ou por puro acaso. O primeiro elemento para a definição das organizações se refere ao seu caráter deliberado: existe, portanto, uma intenção expressa dos fundadores em constituir um agrupamento social, com atribuições e hierarquia já formalmente estabelecidas, de modo a distinguir-se de outros tipos de agrupamento. Segundo Blau & Scott, “Contrastando com a

organização social que aparece sempre que seres humanos vivem juntos, existem organizações estabelecidas, deliberadamente, para um certo fim” (1970:17).

O segundo elemento se refere justamente aos fins a que Blau & Scott se referem, no tocante a esta constituição deliberada. As organizações não são um fim em si mesmas, mas antes seguem uma diretriz pré-determinada que orienta seu campo de ação, ou mais precisamente, são constituídas para alcançar um objetivo previamente determinado. Segundo Parsons:

“(...) Como ponto analítico formal de referência, a prioridade da atenção para a consecução de uma meta específica é considerada característica de definição de uma organização, distinguindo-a de outros tipos de sistemas sociais” (1978:44).

Neste sentido, pode-se definir as organizações como um agrupamento social constituído deliberadamente para alcançar um determinado objetivo. A noção de agrupamento social admite, segundo Viet (1978:154-155) a existência de grupos sociais não organizados, mas exclui tais agrupamentos do universo de preocupações de uma teoria organizacional⁴.

2.5.2 A abordagem estruturalista da teoria organizacional

Para contextualizar a abordagem estruturalista da organização – conforme a definição apresentada – e do corpo teórico dedicado a sua análise, é necessário que se retome, inicialmente, os esforços de definição do pensamento estruturalista de Pouillon.

Para Faria (1978:2) a já discutida definição é amplamente adequada para o estudo da abordagem estruturalista na teoria das organizações. Este autor retoma a

⁴ A noção de agrupamento social foi exaustivamente trabalhada por Gurvitch. Embora a teoria organizacional se refira apenas ao tipo específico de agrupamento social em que se constituem as organizações complexas (para ETZIONI), ou formais (para BLAU & SCOTT), a própria noção de agrupamento social é relevante para os objetivos do estudo pretendido: segundo Viet, “A referência aos agrupamentos (...) permite levantar o pano de fundo sobre o qual vai se destacar o estudo estrutural das organizações complexas” (op. cit. : 155). A noção de *agrupamento social* também será bastante útil no estudo pretendido devido a uma questão terminológica. Utilizar-se-á o termo correspondente esta noção, no âmbito do estudo pretendido, como equivalente ao termo *organização social* proposto por Blau & Scott (Op. cit. : 14 – 15). Isso permitirá o emprego generalizado do termo *organização* no sentido específico de agrupamentos sociais constituídos para determinados fins. A razão disso tudo é evitar possíveis confusões decorrentes do emprego generalizado dos termos *organizações complexas*, *organizações formais*, ou ainda *organizações burocráticas*, freqüentemente utilizados de forma mutuamente exclusiva por autores importantes para o estudo que se pretende efetuar. A opção é justificada: se utilizássemos de forma universal os termos *organização formal* ou *burocrática*, esse emprego causaria problemas na análise dos modelos propostos por Etzioni, pois o termo empregado poderia sugerir um entendimento do conceito de organização voltado para o modelo burocrático de Weber. Já a utilização do termo *organizações complexas* – como querem Etzioni e outros autores – comprometeria o entendimento do modelo de análise de Blau & Scott, que emprega a complexidade como uma variável, como advertem os próprios autores (Op. cit. : 19 – 20). Portanto, o emprego termo *organização* na acepção referida nos parece suficientemente neutro e capaz de dar conta dos dois modelos; além de amplamente aceito pela literatura.

definição precedente, extraindo os seguintes elementos, que considera particularmente significativos:

- O caráter analítico, comparativo e totalizante do método estruturalista, que teria se mostrado atrativo para os autores ligados a teoria da organização que aderiram ao paradigma estrutural, e
- A possibilidade de integrar com sinergia a influência mútua e recíproca dos elementos atuantes nos ambientes externo e interno das instituições.

Segundo Faria, os autores ligados a abordagem estruturalista foram atraídos pela idéia básica de “(...) integração dos fatos da vida numa totalidade” (Viet in Faria, 1978:3), idéia que também estaria relacionada com a posterior abordagem sistêmica. O autor admite uma vinculação entre os termos *sistema* e *estrutura*, assim como no que se refere às idéias vizinhas de *plano*, *método*, *ordem* e *organização*. Contudo, o autor não trata todos esses termos como sinônimos e não rompe com a diferenciação epistemológica entre organização e estrutura estabelecida por Pouillon. Pelo contrário, para Faria:

“O novo, na sua concepção atual, é a contestação da atitude precedente: aquilo que confunde estrutura e organização interna de um conjunto que faz construir o tipo de reagrupamento de traços recorrentes em um certo número de organizações, cujas diferenças são eliminadas como não-essenciais ou são retidas somente como indicando um limite” (Op. cit. : 4).

A atitude precedente a que o autor se refere consiste no tipo ideal da burocracia, proposto por Max Weber, e tido como paradigma de racionalidade pelas primeiras abordagens da teoria organizacional; o que teve como consequência a concepção anatomista da escola clássica. Estas concepções remetem aos aspectos formais da organização, no sentido das disposições hierárquicas formalmente estabelecidas no modelo ideal de burocracia proposto pelo sociólogo alemão. Nesta concepção, as noções de *organização* e de *estrutura* são ainda equivalentes, fato este que impossibilita a aplicação da abordagem eminentemente comparativa do método estruturalista.

Por outro lado, o “novo” a que se refere Faria diz respeito à própria abordagem estruturalista, que situa as organizações como sistemas abertos, dependentes do meio onde atuam, objetivando o equilíbrio entre os seus elementos

formais e informais. Esta nova concepção é claramente um viés do pensamento estrutural, e supera as limitações dos modelos anteriores⁵ de análise organizacional, no sentido em que pressupõe uma diferenciação entre a organização aparente – definida por sua configuração formal de hierarquia, regras e procedimentos – e a estrutura fundamental que condiciona o funcionamento e as regras de variação destes conjuntos. Neste âmbito torna-se perfeitamente possível a aplicação do método estruturalista, através do qual as diferenças entre os conjuntos de organizações – tidas como “disfunções” em relação ao tipo ideal, na ótica do modelo – deixam de se constituir em elementos irrelevantes ou limítrofes, e passam a ser parâmetros para a construção teórica de tipologias e para a prática comparativa dos fenômenos observados na realidade empírica; o que se constitui na finalidade última da análise estrutural. Em suma, no paradigma estruturalista, a noção de estrutura, longe de se confundir com a organização a que se refere, determina que:

“(...) as unidades componentes tenham alguma relação entre si, que o todo seja maior do que a soma de suas partes, e que as relações entre as unidades tragam elementos novos a situação, configurando a sua essência e definindo as características que individualizam o conjunto.” (Blau & Scott in Faria, 1978:5).

Trata-se de um novo conceito de estrutura, em sintonia com o paradigma estruturalista em ciências humanas e sociais, onde:

“A mesma estrutura pode ser apontada em diferentes áreas. A compreensão das estruturas fundamentais em alguns campos de atividade permite o reconhecimento das mesmas estruturas em outros campos” (Chiavenato, 1976:237).

2.5.3 Sincronia, diacronia e teoria organizacional

Segundo Viet – autor que fundamenta essa última afirmativa de Chiavenato – esta nova perspectiva é, mais do que adequada, *necessária* para a análise das organizações. Para ele:

“Que as organizações complexas devem depende de uma pesquisa de tipo estruturalista, isto parece evidente. Parece bem evidente que o agrupamento organizado, enquanto precisamente ele é

⁵ Respectivamente às escolas clássica e de relações humanas, conforme será visto no decorrer do presente estudo.

organizado, oferece uma tomada de escolha à análise estrutural (grifos nossos)” (Op. cit. : 155).

Essa tomada de escolha não é fortuita. Ela decorre do caráter predominantemente sincrônico dos sistemas teóricos voltados para a análise das organizações.

Como se demonstrará no decorrer do presente estudo, desde os primeiros modelos elaborados por Taylor, a principal preocupação da análise organizacional *sempre* foi com estruturas de relações voltadas para a realização de determinadas tarefas em um determinado momento. Os problemas de produtividade, por exemplo, são necessariamente estudados em uma perspectiva sincrônica – sendo que dificilmente se poderia imaginar uma abordagem alternativa, de caráter predominantemente diacrônico, para o estudo utilitário dos problemas de produtividade e eficiência organizacional.

Evidentemente, sempre houve espaço para o estudo diacrônico dos fenômenos organizacionais, principalmente no que se refere a avaliação da eficiência organizacional, em nível da utilização e alocação dos recursos. Mas estes estudos estarão submetidos a uma perspectiva geral sincrônica. De fato, no momento em que um analista financeiro estuda uma sucessão de demonstrações contábeis referentes a vários períodos de tempo distintos, afim de avaliar a saúde financeira da organização ou estudar sua rentabilidade, ele não está preocupado com a evolução dos fenômenos em si mas com a busca de padrões de ruptura e descontinuidades que lhe permitam identificar uma possível disfunção no quadro atual da organização ou levantar elementos que lhe permitam prever a configuração esperada de sua estrutura financeira. A preocupação dominante, portanto, é com a sucessão de quadros sincrônicos designados por balanços patrimoniais, índices financeiros ou quaisquer outros modelos e métodos.

A instauração do paradigma estrutural no âmbito do estudo estruturalista de organizações complexas, neste sentido, dá-se menos em função de uma nova relação dos pontos de vista sincrônico e diacrônico do que em função da crítica dos modelos preexistentes de análise organizacional – construídos com base na noção tradicional de estrutura, que fundamenta o estruturalismo weberiano – e na busca por modelos mais representativos da realidade organizacional, fundamentados por uma noção de

estrutura que possibilite a compreensão e ordenamento das diferenças entre as organizações estudadas.

2.6 Tendências do pensamento estrutural

Para além do enriquecimento e da evolução do sentido da noção de estrutura, a convergência estruturalista verificada na segunda metade do século XX articulou-se com outros termos de suma importância, advindos de correntes diversas do pensamento moderno e de extrema importância no estabelecimento dos princípios do pensamento estrutural.

Estes termos são designados por noções acessórias e independentes do programa estruturalista em si; mas que – com a disseminação do método entre as diversas disciplinas humanas e sociais e com as conseqüentes contribuições de autores participantes de orientações e formações consideravelmente diferentes – acabaram por ligarem-se à noção mesma de estrutura.

O que resultou disso foi uma pluralidade de orientações e condicionantes da aplicação do método estruturalista. Neste sentido, a própria noção de estrutura começa a ser novamente – como dizia Pouillon – “posta em questão” através de suas articulações com outras noções correlatas; de modo a dar margem a categorização do estruturalismo em tipos mais ou menos rígidos, embora não necessariamente mutuamente exclusivos.

Com base nestas diferentes orientações, Jean Viet (1978:13-36) identificou, a título de hipótese, quatro diferentes tendências do método estruturalista. Esta classificação foi amplamente aceita e utilizada – ainda que de forma um tanto precária e acrítica – por importantes comentadores da teoria organizacional.

Neste sentido, a presente discussão dos princípios do pensamento estrutural operantes na teoria organizacional não pode se furtar a analisar as tendências fixadas por Viet e, em particular, a utilização dessa matriz classificatória pelos comentadores da teoria organizacional.

2.6.1 Estrutura, modelo, dialética e significação

Com relação as principais tendências de aplicação do método estruturalista, Viet propõe que:

“Para precisar a noção de estrutura e fixar as diferentes tendências do método estruturalista a que esta precisão parece induzir à primeira vista, o mais simples é ligá-la, sucessivamente, a três termos, o de modelo, o de significação e o de dialética (grifo nosso)” (1967 : 13).

Neste ponto, a proposta de Viet é menos classificatória do que descritiva, tendo em vista que se preocupa com a articulação destas noções com o elemento primordial do programa estruturalista – a própria noção de estrutura – de modo a estabelecer certas tendências gerais da aplicação do método.

Contudo, a hipótese de Viet foi construída no sentido de designar a noção de *estrutura* dos estruturalistas através dessa articulação com as noções de modelo, dialética e significação afim de “(...) precisar a noção de estrutura sobre a base de sua aceção mais geral e menos contestável. Isto nos permite fixar, a título de hipótese, quatro tendências principais do método estruturalista” (Viet, 1978:12).

Neste sentido a hipótese de Viet tende a subsidiar uma tipologia classificatória, que implica em quatro principais categorias de “estruturalismos”. São eles:

- Estruturalismo “abstrato”, definido a partir de uma orientação analítica pautada nas matemáticas qualitativas, que implica na análise de modelos construídos em conformidade com a realidade empírica, da qual designam a sua estrutura de relações imanentes;
- Estruturalismo “concreto”, que se fundamenta na busca pela estrutura no próprio objeto empírico, entendendo a estrutura como o “esqueleto” do objeto, através de uma noção de estrutura bastante conforme com seu sentido etimológico;
- Estruturalismo fenomenológico, fundamentado nas articulações da noção de *estrutura* com as noções de *compreensão* e *significação*, partindo da obra de pensadores ligados tanto a fenomenologia quanto ao estruturalismo, como Merleau-Ponty; e
- Estruturalismo dialético, fundamentado pela orientação dialético-marxista de autores como Althusser e Godelier, que se dedicaram a ler a obra da maturidade de Marx de um ponto de vista estruturalista, buscando

principalmente vincular a noção de *estrutura* em Marx aos métodos de análise estrutural.

2.6.2 Tendências do pensamento estrutural na teoria das organizações

Este modelo classificatório de Viet foi utilizado pelos comentadores da teoria organizacional para efeito de fundamentação de suas considerações acerca da abordagem estruturalista de autores ligados a análise organizacional, como Selznick, Etzioni, Thompson, Sills, Merton, entre outros. Vale lembrar que nenhum desses autores se notabilizou pela discussão epistemológica de seus métodos de análise estrutural, fato que por si próprio determinou a busca de fontes externas para fundamentar o debate acerca da corrente estruturalista neste campo específico.

No que diz respeito a essas “fontes externas”, Viet parece ser a principal – levando-se em conta a frequência com que foi citado por comentadores da teoria organizacional – não apenas no âmbito de sua categorização do método estruturalista como também em suas considerações acerca do estudo estruturalista de organizações complexas. Em função disso percebe-se que Viet não é, a rigor, um nome tão exótico na teoria das organizações, sendo inclusive mencionado por Chiavenato (1993:83) entre “os grandes nomes da administração” representativos da teoria estruturalista.

Além de Chiavenato, autores como Beatriz Wahrlich, Nogueira de Faria e Fernando Prestes Motta destacaram-se na aplicação dos esforços de categorização de Viet para a contextualização do estruturalismo na teoria organizacional. Dentre todos estes autores, entretanto, coube a Motta (1975:53-57) a introdução da tipologia de Viet e o estabelecimento da sua interpretação dominante: prova disso é que a leitura de Motta direcionou a abordagem de autores que posteriormente se dedicaram ao tema, inclusive para efeito de suas próprias consultas ao texto de Viet.

Neste sentido, cumpre que se analise estas considerações de Motta conjuntamente com sua fonte, de modo a julgar a efetividade dessa corrente da organização tipológica das contribuições do método estruturalista na teoria organizacional.

A abordagem de Motta (Op.cit.:54) da tipologia de Viet, como foi visto, se refere a um certo número de “tradições estruturalistas” que convergem nos quatro grandes grupos citados. Esta noção de tradições estruturalistas é bastante esclarecedora do pensamento do autor, principalmente no que diz respeito aos

autores que considera mais característicos das “tradições” fenomenológica e dialética. Segundo Motta:

“Para o estruturalismo fenomenológico, estrutura é um conjunto que tem um sentido e que oferece, pois, à análise intelectual, um ponto de apoio, mas que ao mesmo tempo não é uma idéia, por que se constitui, se altera ou se organiza frente a nós, como um espetáculo. Nessa corrente está Max Weber, cujos tipos ideais refletem muito bem esta concepção de estrutura. (...) O (...) estruturalismo dialético, sustenta que a análise que descobre as partes, força-as a preparar seu surgimento ao longo do desenvolvimento do todo, como um episódio de sua história, esforço propriamente dialético, em que a história garante a análise. (...) Nesta última corrente está Karl Marx” (1975:55).

A abordagem de Motta favorece uma tomada de escolha reducionista no que se refere a análise das principais tendências de aplicação do método estruturalista na teoria das organizações. A idéia de várias tradições que convergem em determinados grupos tende a levar o autor a dirigir o foco de suas considerações para o exame das grandes correntes do pensamento moderno – no caso a fenomenologia e o marxismo – que se teriam desenvolvido na direção de uma abordagem estruturalista por si mesmas.

Neste sentido, o autor procura correlacionar diretamente ao estruturalismo na teoria organizacional autores significativos destas linhas de pensamento, o que explica as menções a Marx e Weber. Esta linha se mostra propícia a juízos igualmente reducionistas, como: “Os autores estruturalistas dentro da teoria das organizações tem variado entre o estruturalismo fenomenológico e o dialético concentrando-se no estudo das organizações sociais” (Chiavenato, 1993:81).

Neste ponto a abordagem de Motta da tipologia de Viet torna-se problemática, pois implica em uma categorização excessivamente rígida, dando margem a equívocos potenciais, como na referida concepção de Chiavenato. Restringir o pensamento organizacional a essas duas categorias pode ser frutífero em uma abordagem didática de exposição das contribuições da abordagem estruturalista da teoria organizacional, mas é pouco adequada a uma abordagem que permita encontrar questões mais amplas referentes a identificação de uma linha de pensamento estruturalista, que corresponda a várias formas de aplicação do método às várias disciplinas humanas e sociais e que possa ser identificada e discutida também no

âmbito da própria teoria das organizações.

Dito isso, a questão principal volta a ser o problema da noção de estrutura, no sentido de sua evolução. Tal questão, discutida nos tópicos anteriores do presente estudo, não foi tratada por Viet. Segundo ele: “(...) não trataremos na realidade da noção de estrutura, mas dos métodos estruturalistas” (Viet, op.cit.:11).

Isso se justifica em termos de uma visão geral das diversas abordagens de disciplinas específicas do método estruturalista, da mesma forma que para as abordagens globais da teoria da organização – onde o estruturalismo é apenas um dos sistemas teóricos em estudo. Contudo, neste âmbito pode-se apenas “(...) determinar itinerários, recensear usos, e fazer alguma coisa de útil, mas somente na medida que isso vá da palavra ao método” (Viet, op.cit.:11).

Para determinar os rumos do pensamento estruturalista na teoria organizacional; para verificar a noção mesma de estrutura em seus modelos de análise até a instauração definitiva da matriz paradigmática do estruturalismo, em seu sentido moderno; e para verificar, enfim, se o método estruturalista na teoria organizacional foi operacionalizado em outros sentidos além das correntes fenomenológica e dialética – que parecem corresponder, para os comentadores citados, a fenomenologia weberiana e a dialética marxista – é necessário que se faça o caminho inverso, retomando o já empreendido itinerário da evolução do sentido da noção de estrutura e correlacionando-o às noções de *modelo*, *significação* e *dialética*.

Trata-se, portando, de retomar a hipótese de Viet em um sentido diferente daquele que foi abordado pelos comentadores, em redirecionar o foco do estudo para as articulações entre as noções de *estrutura* e as noções de *modelo*, *significação* e *dialética*, através dos elementos disponibilizados pelo próprio Viet, em sua revisão dos principais autores ligados ao estruturalismo que efetivamente trabalharam esta articulação.

Neste sentido, o presente estudo se dirige a uma nova etapa onde procurar-se-á correlacionar os elementos dessas articulações com as principais contribuições da “escola” estruturalista da teoria organizacional, em uma abordagem que privilegiará antes as relações entre os termos em questão do que as categorias que tais interações permitiram definir.

Seguindo essa linha de raciocínio, a segunda parte do presente estudo se inicia

com as tendências de aplicação do método estruturalista orientadas pelas articulações entre as noções de *estrutura* e *modelos*. Isso permitirá não apenas expor os princípios de um grande número de trabalhos no âmbito da teoria organizacional que – ao contrário do que se pensa – se beneficiam dessa articulação, como também discutir a crítica estruturalista dos modelos iniciais de análise organizacional em função da noção de estrutura e caracterizar o caráter comparativo desta tendência a partir da análise de alguns modelos elaborados por grandes nomes do estudo estruturalista das organizações complexas.

A isso seguir-se-á uma abordagem conjunta das tendências advindas entre a correlação das noções de *estrutura* e *significação* e *estrutura* e *dialética*, respectivamente, tendo em vista também procurar esclarecer o papel de Weber na inserção do paradigma estruturalista, através da crítica da abordagem de Mota e da revisão deste processo de inserção, levada a termo por nomes como Etzioni e Blau & Scott. Por fim, será enfocada a tendência dialética no pensamento estruturalista o que permitirá definir a linha de pensamento subjacente aos significativos avanços no escopo da análise organizacional decorrentes desta tendência de aplicação do método estruturalista.

3. Estrutura, modelos e análise organizacional

3.1 Estrutura e modelos

As articulações entre as noções de *estrutura* e *modelo* têm origem em um debate mais profundo, relacionado a posição do sujeito diante de seu objeto de estudo e a possibilidade de auferir-se o conhecimento objetivo dos fenômenos que se lhe apresentam na realidade empírica.

A questão da construção de modelos no estudo dos fenômenos sociais configura-se em um problema de intermediação, condicionado pelo grau de rigor do exame científico da própria realidade. Este debate, portanto, consiste na necessidade ou não de construir-se representações simbólicas representativas de uma dada realidade, de modo a obter-se um conhecimento válido acerca dessa realidade, do ponto de vista da ciência. No que se refere a questão das articulações entre as noções de modelo e estrutura, esse debate toma a seguinte forma:

“A noção de modelo nos permite, pois, situar duas correntes muito divergentes do pensamento estruturalista: uma que não concebe a estrutura de outra forma senão em termos de modelos; a outra que rejeita, ao contrário, os modelos como inaptos a dar conta da realidade concreta (grifo nosso)” (Viet, op.cit.:18).

A primeira dessas correntes é correspondente a concepção de Motta (1975:54) referente a um “estruturalismo abstrato” onde a estrutura é uma construção informadora do objeto, designada por modelos construídos em função da realidade empírica. A Segunda dessas correntes refere-se ao que Motta chama de “estruturalismo concreto”, onde a estrutura resulta da apreciação imediata do conjunto de relações sociais em um dado momento.

3.1.1 Estruturalismo “abstrato”

O primeiro foco de tendências do paradigma estruturalista, diz respeito aos modelos deliberadamente construídos afim de evidenciar as estruturas em uma determinada organização. Segundo Lévi-Strauss:

“(...) a noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta. Assim aparece a diferença entre duas noções, tão vizinhas que foram

confundidas muitas vezes: a de estrutura social e a de relações sociais. As relações sociais⁶ são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social” (1976:13).

Antes de proceder na análise das implicações desta concepção, é conveniente que se estabeleça o que Levi-Strauss entende por *modelo*. Segundo Von Neumann, citado pelo etnólogo:

“Modelos (...) são construções teóricas que supõem uma definição precisa, exhaustiva e não demasiado complicada: devem ser também parecidos com a realidade sob todas as relações que importam à pesquisa em curso. Para recapitular: a definição deve ser precisa e exhaustiva, para possibilitar um tratamento matemático. A construção não deve ser inutilmente complicada, de modo que o tratamento matemático possa ser estendido além dos estágios da formalização e dar resultados numéricos complexos. A semelhança com a realidade é requerida para que o funcionamento do modelo seja significativo” (Op. cit.:13-14).

Neste sentido, o modelo é uma via de acesso a estrutura, consistindo em uma sistematização dos fenômenos observados na realidade empírica. Para Claude Lévi-Strauss, entretanto, a utilização de modelos não pressupõe necessariamente um tratamento matemático ou estatístico. A validade do modelo, estaria por outro lado, subordinada a possibilidade de se operar logicamente as relações sociais por ele sistematizadas. Com base nisso, Levi-Strauss (Op.cit.:13) estabelece as seguintes condições necessárias para que um modelo venha a manifestar uma determinada estrutura social:

- Caráter sistêmico – os modelos devem ser construídos de modo que a modificação de um de seus elementos implique na modificação dos demais;
- Universalidade – os modelos devem ser concebidos de modo a possibilitar que um grupo de transformações corresponda a modelos de uma mesma família, e o conjunto destas transformações deve ser equivalente a um grupo de modelos;
- Previsibilidade – os modelos devem permitir que se preveja as novas configurações do sistema em caso da modificação de um dos seus elementos;
- Abrangência – a construção do modelo deve ser conduzida de modo que seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados na realidade empírica.

⁶ Noção similar a de organização, conforme a definição de Pouillon.

Estas condições, segundo Simonis, estão ligadas ao caráter *simbólico* dos modelos; que por sua vez estariam ligados a estrutura na medida em que:

“(...) esta estrutura é a estrutura inconsciente que permite aos sistemas de símbolos, que serão as estruturas sociais, modelos construídos de acordo com a realidade empírica, significar alguma coisa.

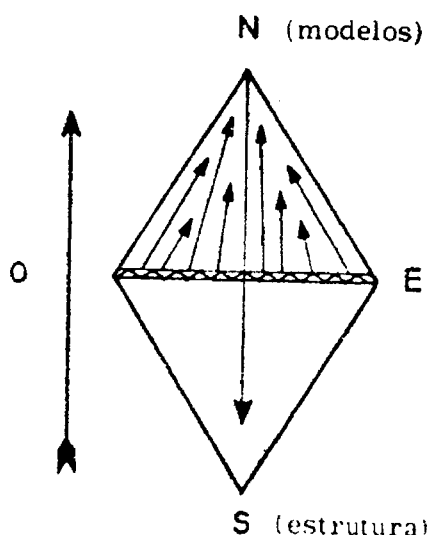
Quando se fala de ‘estrutura social’, não se fala pois de estrutural inconsciente; falar-se-á de sistema de símbolos elaborados a partir da realidade empírica. No entanto, se a propósito daqueles modelos, se pode falar de ‘estrutura social’, é por que estes sistemas de símbolos tem uma relação com a estrutura inconsciente de nosso espírito (grifo nosso)” (Simonis, op.cit.:130).

A perspectiva estruturalista portanto, nesta orientação, exige uma mediação simbólica, que permita ao pesquisador acessar as estruturas imanentes ao seu objeto. Esta mediação esta subordinada pelas já discutidas condições de validade dos modelos, e pela correspondência objetiva dos símbolos operados em nível do próprio modelo com as “estruturas inconscientes do nosso espírito”; sendo que essas estruturas inconscientes podem ser entendidas, em última análise, como as “fiadoras” da concepção de Lévi-Strauss, tendo em vista que é delas que resultam as estruturas inconscientes de todo o tipo de produção ou relação humana: das estruturas do pensamento humano resultam as estruturas que condicionam a linguagem, as relações de troca, as relações de parentesco, e assim por diante. É essa correspondência que garante, do ponto de vista epistemológico, que a metodologia empregada possa apresentar resultados válidos e objetivos.

Para ilustrar a relação ente as noções de estrutura e modelo, Simonis (Op.cit.:131) propõe um esquema gráfico que sintetiza o caminho do método de Lévi-Strauss. Tem-se portanto, no eixo O – E o nível da realidade empírica, através do qual os modelos são construídos; etapa representada pelas setas eu se dirigem ao pólo N (dos modelos). Após isso, passa-se para a validação do modelo, e averigua se – conforme a seta que parte do pólo N ao S (da estrutura) – a efetividade da reflexão estrutural.

Se a construção foi bem sucedida regressar-se-á – como aparece na seta maior, externa ao losango – ao nível da realidade empírica em direção ao polo N, de modo a

realizar-se as operações lógicas e comparativas com o modelo, que consistem na análise estrutural.



3.1.2 Estruturalismo “concreto”

Em oposição a concepção de Lévi-Strauss, existe uma outra que não admite a manifestação da estrutura através dos modelos. Trata-se da concepção de Radcliffe-Brown, que emprega a noção de estrutura para designar um sistema de relações sociais existentes, detectáveis sem qualquer mediação, diretamente na realidade empírica. Segundo Radcliffe-Brown:

“Toda estrutura social (...) é um equilíbrio precário, sempre a se refazer por um esforço renovado, entre uma multiplicidade de hierarquias no seio de um fenômeno social total de caráter macrosociológico, do qual ela representa apenas um setor ou um aspecto (...) este equilíbrio de hierarquias múltiplas é armado e cimentado em particular por modelos, sinais, símbolos, papéis sociais regulares e habituais, valores e idéias, em breve pelas obras culturais que são próprias a estas estruturas, e, se elas são globais, por uma civilização inteira que as desdobra e na qual elas participam a uma vez como forças criadoras e como beneficiárias” (in Viet, op.cit.:17).

No entender de Viet (Op.cit.:18), essa definição expressa uma intenção de fidelidade ao fenômeno social concreto, intenção esta que se verifica nas relações homeostáticas da estrutura com os diversos aspectos da realidade empírica e na sua pluridimensionalidade. Este conceito implica em um pensamento estruturalista

diverso do anterior, que pretende identificar sistemas de relações antes diretamente atuantes nas relações sociais verificáveis, do que latentes nestas mesmas relações.

3.2 Crítica estruturalista dos modelos de análise organizacional

A noção de modelos, e o problema de sua articulação com a noção de estrutura no programa estruturalista oferece uma perspectiva bastante promissora para uma reavaliação e crítica da *abordagem estruturalista* da teoria das organizações.

Esta perspectiva, contudo, não tem sido adequadamente explorada, tendo em vista a já referida posição de alguns comentadores da teoria organizacional que optaram pela categorização rígida das tendências do pensamento estrutural e pela exclusão relativa de um “estruturalismo de modelos” do âmbito das preocupações da teoria organizacional.

Por outro lado, a utilização de construções simbólicas para a análise de organizações complexas e a construção efetiva de modelos de análise organizacional são característica das múltiplas abordagens da teoria organizacional; desde os princípios da administração científica taylorista até as abordagens atuais que enfocam a idéia de organizações de aprendizagem condicionadas por estruturas genéricas arquetípicas (Senge, 1994:99-116).

É neste sentido que se pode situar aquilo que, segundo Motta (1975:56), consiste na crítica metodológica dos estruturalistas ligados à teoria organizacional, que diz respeito a parcialidade das abordagens anteriores. Na verdade essa crítica é, fundamentalmente, dirigida aos modelos de análise das abordagens clássica e – em menor grau – de relações humanas, que se mostraram insuficientes para a descrição e compreensão de todos os fenômenos relacionados as organizações, assim como incapazes de direcionar as contradições e diferenças encontradas no seio das organizações de forma positiva de modo a construir tipologias e empreender comparações.

É justamente no escopo dessa crítica estruturalista aos modelos de análise precedentes que se pode caracterizar a inserção do paradigma estruturalista na teoria das organizações, e definir o itinerário da evolução do sentido na noção de estrutura na teoria organizacional. E essa evolução torna-se patente com a análise das etapas anteriores ao estruturalismo no processo de análise organizacional

3.2.1 As etapas da análise organizacional

As abordagens que precederam a instauração do paradigma estrutural se dedicaram a construir modelos de análise das organizações. Este ponto é freqüentemente desprestigiado quando se analisa a teoria organizacional em um enfoque geracional, analisando as contribuições de cada escola isoladamente.

Para discutir adequadamente os aspectos da crítica estruturalista dos modelos de análise organizacional, entretanto, é necessário focar as rupturas; os aspectos de descontinuidade na sucessão geracional; de modo a evidenciar antes o processo de análise organizacional e os trabalhos realizados neste sentido do que os pressupostos desta prática analítica ou as suas descobertas e contribuições para o conhecimento do fenômeno organizacional e a prática da gestão das organizações.

Neste sentido, cumpre que se busque um paradigma de análise que caracterize a inserção do programa estruturalista na teoria organizacional frente a sucessão dos modelos de análise organizacional que o precederam.

Este paradigma pode ser encontrado em Viet (Op.cit.:156-178), por meio de sua apropriação dos modelos estabelecidos por March & Simon e Gouldner; assim como na revisão do estruturalismo por Etzioni (1976:36- 80).

A concepção de Viet desconsidera a visão de uma teoria organizacional, marcada por diferentes “abordagens” ou “escolas” em benefício de uma concepção voltada para um modelo de análise organizacional marcado por diferentes etapas. Embora essas etapas correspondam às “escolas” das abordagens geracionais, a sua consubstanciação em um modelo de análise organizacional, que vai sendo construído a partir de novas formas, deixa entrever um caráter *diacrônico*, que se mostra mais claro se contrastado ao caráter histórico da concepção alternativa – que tende a descrever a teoria das organizações como uma sucessão de “escolas” que se opõem umas as outras. Neste sentido, a análise do autor prima pela consideração das rupturas entre os modelos de análise dessas escolas, expondo esses modelos às condições de validade impostas pelo paradigma estrutural.

A revisão de Etzioni, por outro lado, complementa este estudo diacrônico dos modelos de análise organizacional com o conteúdo da crítica metodológica de cunho estruturalista a esses modelos de análise, com a devida autoridade de quem

efetivamente propôs modelos mais eficazes e válidos do ponto de vista dos estruturalistas.

3.2.2 Crítica dos modelos *formais* de análise organizacional

A crítica estruturalista dos modelos construídos sob os pressupostos da abordagem clássica da teoria organizacional tem o alcance mais amplo de uma crítica dos modelos formais de análise organizacional, que resultaram, segundo Etzioni, na “(...) caracterização da organização formal, como um esquema de acordo com o qual as organizações devem ser construídas, e a que deve obedecer” (1976:38)

Trata-se portanto de uma crítica dirigida simultaneamente aos modelos da administração científica, voltados para o controle de operações fundamentado nos estudos de Adam Smith acerca da divisão do trabalho e dos modelos prescritivos de organização das estruturas formais de poder na organização, que encontraram sua expressão máxima no modelo ideal da burocracia weberiana. Neste sentido, Warlich (Op.cit.:118) identifica duas orientações básicas na construção destes modelos de análise:

- Orientação de baixo para cima (*bottom-up*), característica da administração científica de Taylor e seus seguidores. Essa concepção, no entender da autora, estaria ligada com a contribuição das engenharias e se preocupou com a eficiência do processo de organização e divisão do trabalho, principalmente no âmbito de organizações industriais. Suas preocupações consistiam basicamente no estudo dos métodos e medidas do trabalho industrial e na questão motivacional, pautada na oferta de compensações financeiras.
- Orientação de cima para baixo (*top-down*), característica da concepção anatômica de Fayol e dos demais autores ligados a escola européia da abordagem clássica da teoria das organizações. Esta orientação se preocupava com a organização racional e formal do trabalho, admitindo o modelo burocrático de Weber como o paradigma de estruturação – no sentido tradicional – das organizações. Suas preocupações consistiam, portanto, na divisão racional do trabalho e na configuração formal das relações de poder e delegação no âmbito das organizações segundo o ideal burocrático, tido aqui como modelo máximo de racionalidade e eficiência para as organizações.

Tem-se, com isso, a caracterização da primeira etapa da análise organizacional. Segundo Viet:

“A primeira etapa da análise organizacional corresponde à teoria ‘clássica’ da organização elaborada por F.W. Taylor, L. Gulick, H. Fayol e outros, segundo duas direções: uma que enfatiza a utilização dos seres humanos nas organizações, ligando-se sobretudo a suas variáveis fisiológicas para determinar as regras de uma ‘organização científica do trabalho’; a outra que visa estabelecer, pela construção de modelos formais, a melhor repartição das tarefas com vistas a uma ótima eficacidade” (Op.cit.:156).

Essas duas orientações são convergentes, segundo Viet (Op. cit. : 156), no sentido da redução que estes modelos estabelecem, para fins analíticos, sobre o comportamento do trabalhador – ou do elemento humano nas organizações de forma geral – que assume a dimensão de “ (...) instrumento intertocável cuja resposta aos estímulos da organização é extremamente previsível” (Crozier in Viet, op.cit.:156).

Para o autor, essa redução remete ao modelo burocrático de Weber, no sentido em que o “tipo ideal” de burocracia do sociólogo alemão pressupunha a submissão da eficácia da organização racional à efetividade de seu modelo “estandardizante”: “Para Weber é, com efeito, muito precisamente a possibilidade de prever a partir de um esquema mecanicista que estabelece a superioridade da organização burocrática” (Viet, op.cit.:157).

Um tal mecanicismo implica em uma visão funcional da organização e na ênfase na construção de relações formais hierarquizadas observando um modelo prescritivo de racionalidade burocrática e uma visão do ser humano igualmente mecanicista. É sobre o conjunto desses fatores que o conteúdo da crítica estruturalista se faz presente. Uma perspectiva estruturalista de análise organizacional não poderia aceitar modelos reducionistas, não apenas no sentido de sua incapacidade de representar os fenômenos observáveis na realidade empírica como também no sentido de sua construção desvinculada dessa mesma realidade e condicionada por uma medida externa de racionalidade, expressa pelo modelo ideal weberiano.

Os modelos dessa primeira etapa também se mostram inválidos, do ponto de vista do estruturalismo, em função de sua estaticidade. Este problema é adequadamente ilustrado nas considerações de Viet acerca da efetividade do organograma, enquanto representação gráfica da estrutura organizacional:

“O organograma reparte em órgãos as funções exercidas no interior da empresa e manifesta o agrupamento destes órgãos entre eles. Ele (...) representa um nível de análise dos mais elementares e estáticos” (Op. cit.:176).

A “estrutura organizacional” revelada pelo organograma representa apenas os aspectos formais da estrutura de poder de uma determinada organização de forma absolutamente assistemática. O organograma, enquanto expressão gráfica de um modelo formal de análise organizacional, ignora as tensões existentes entre as posições de poder e a orientação dos participantes subordinados a essa estrutura. A análise da organização fica assim limitada a adequação dessa estrutura formal de poder ao paradigma de racionalidade dominante, sendo que:

“Uma vez que existe apenas um modelo de burocracia , a tendência é para enfatizar as semelhanças, enquanto as diferenças são vistas como ‘exceções’. (...)Os especialistas que trabalham com o modelo weberiano (...) tendem a recomendar mudanças destinadas a trazer a organização para alinhar-se com o modelo” (Etzioni, 1974:13).

Neste sentido, o caráter do paradigma burocrático invalida os modelos formais de análise organizacional de outra maneira além de sua desvinculação para com a realidade empírica: o imperativo burocrático inibe a abordagem comparativa, pois considera as diferenças observadas entre um e outro agrupamento organizado como disfunções na racionalidade dominante na estrutura da organização. A implicação disto, em termos da metodologia estruturalista, é a impossibilidade de construir modelos descritivos da estrutura organizacional passíveis de serem relacionados – em função de suas diferenças – a um grupo de modelos que obedeçam certas invariantes ou regras de transformação definíveis.

Com estes elementos, é possível posicionar-se quanto a noção de estrutura dominante nos modelos formais de análise organizacional. Trata-se propriamente da noção de estrutura formal designada pelo organograma, que estabelece a construção apriorística das relações de poder na organização segundo o paradigma burocrático de racionalidade e os princípios da economia clássica de divisão e administração científica do trabalho. Neste sentido, a estrutura da organização é reduzida ao desenho de uma hierarquia de funções cuidadosamente concebida no sentido da racionalidade máxima, ou seja a disposição racional dos elementos interdependentes, no mesmo

sentido em que as peças de uma máquina são reunidas em função de seu projeto. A “estrutura” do organograma, portanto, não é a “estrutura abstrata” de Motta, nem tão pouco – em última análise – o “arcabouço do objeto” de Radcliffe-Brown: é o “modo pelo qual o edifício é construído” no seu sentido etimológico, desconhecendo que “O planejamento de uma organização é como o planejamento de uma floresta, e, geralmente, não como o planejamento de um edifício” (Etzioni, 1976:42).

A metáfora de Etzioni é bastante esclarecedora, na medida em que revela a complexidade das relações inerentes a análise organizacional. Os modelos formais de análise organizacional se mostraram parciais, abordando apenas um aspecto da estrutura de relações através de uma orientação prescritiva, fundamentados por uma noção tradicional de estrutura. Esta parcialidade, contudo, não foi detectada apenas na ocasião da crítica estruturalista: todo um universo de questões acerca das relações humanas no interior das organizações começou a ser levantado, em uma nova etapa do processo de análise organizacional.

3.2.3 Crítica dos modelos informais de análise organizacional

Essa nova etapa da análise organizacional corresponde a introdução de uma perspectiva humanista nos esquemas de organização.

Segundo Warlich (Op.cit.:118), essa etapa corresponde a “orientação humanista”, característica da “escola” de relações humanas e demais correntes da abordagem humanista na teoria das organizações. Esta orientação, deslocava o foco da análise organizacional para estudo do comportamento social no ambiente organizacional. Trata-se de uma concepção estreitamente ligada a psicologia social, que se preocupava com as relações informais entre os grupos integrantes das organizações e se preocupava basicamente com a influência destes aspectos informais na produtividade e na coesão dos grupos, obtida principalmente através de recompensas e sanções de cunho moral e social. Esta orientação apresentava, portanto uma tendência a construção de modelos informais de análise organizacional.

A crítica estruturalista destes modelos informais de análise organizacional seguiu duas orientações básicas, segundo Etzioni (1976:54-67):

- Rejeição aos aspectos da parcialidade destes modelos, no sentido de sua incapacidade em correlacionar suas descobertas com os aspectos formais

da organização e, conseqüentemente, sua incapacidade em propor um paradigma de eficiência e racionalidade que substitua o burocrático; e

- Diálogo com os aspectos da ruptura com os modelos formais de análise organizacional, e da introdução de um novo universo de fenômenos a serem levados em conta pela análise organizacional.

Existem certas sutilezas que devem ser observadas no que diz respeito a primeira orientação da crítica estruturalista aos modelos informais de análise organizacional. Essa rejeição de tais modelos explica-se mais em função de suas semelhanças com os modelos formais do que em função das divergências metodológicas e ideológicas dos pressupostos das escolas que os fundamentam. Segundo Etzioni:

“A administração científica e a escola de relações humanas foram, em muitos sentidos diametralmente opostas. Os fatores considerados como decisivos e cruciais por uma escola, mal eram considerados pela outra, e as variáveis que uma considerava centrais eram quase ignoradas pela outra. As duas escolas, contudo, tinham um elemento em comum: nenhuma delas via qualquer contradição fundamental ou dilema insolúvel entre a procura de racionalidade da organização e a busca de felicidade humana” (Op.cit.:65).

Do ponto de vista dos estruturalistas, é a submissão ao paradigma de racionalidade weberiano, no sentido de uma certa tendência a não questionar os fundamentos e o caráter prescritivo dos modelos formais de análise organizacional em seu próprio terreno, que determina a limitação da visão das contradições e conflitos entre os vários grupos de interesse na organização, por parte da abordagem humanista.

Esta submissão implica na construção de modelos informais de análise organizacional tão prescritivos como os construídos em conformidade com o tipo ideal de Weber. Tais modelos informais são prescritivos porque – embora resultantes de observações válidas advindas de inúmeras pesquisas empíricas – se voltam antes para a conformação de uma determinada organização ao tipo ideal do que para a descrição da totalidade dos fenômenos observáveis.

Neste sentido, ainda que tais modelos fossem válidos, do ponto de vista estruturalista – no que diz respeito ao método pesquisa empírica de cunho sociológico ou psicológico junto aos trabalhadores de, por exemplo, uma fábrica –

sua aplicação no sentido da análise estrutural é vedada por sua incapacidade em relacionar seus resultados com as estruturas de poder da organização, de modo a perceber as contradições a que Etzioni se referia. Isso implica em dizer que estes modelos seriam incapazes de fundamentar uma abordagem estruturalista e uma visão totalizante das organizações complexas, em vista de outra característica que estes modelos compartilham com os modelos formais: sua parcialidade.

A parcialidade dos modelos informais, contudo, tem um sentido inverso ao da parcialidade dos modelos formais: se refere a consideração exclusiva dos fenômenos ligados ao comportamento e aos grupos informais na organização. Se por um lado esse estudo se mostra incapaz de promover uma visão totalizante destes fenômenos através da análise conjunta dos fatores levantados pelos modelos formais; o campo específico dos estudos representa efetivamente uma tentativa de definir estruturas de relações atuantes no seio da organização.

Foi justamente neste sentido que se pautou o diálogo da crítica estruturalista com a abordagem humanista: embora os modelos informais estivessem voltado para o aperfeiçoamento das organizações rumo ao paradigma de racionalidade do modelo weberiano, a ruptura com os modelos da análise formal e os problemas levantados por suas pesquisas e procedimentos acabaram por deixar entrever uma série de disfunções intrínsecas ao modelo ideal preconizado por Weber.

A análise destas disfunções teve como efeito direto uma onda de revisão do paradigma burocrático, que acabará por conduzir a análise organizacional no sentido de um estudo estruturalista das organizações. Segundo Viet:

“O esquema weberiano vai, pois, ser abandonado? Na verdade, trata-se antes de um arranjo do que de uma rejeição. Para estes arranjos vão sobretudo contribuir R. K. Merton, P. Selznick e A.W. Gouldner. (...) eles estabelecem a insuficiência de uma análise organizacional muito mecanicista e propõem outros modelos de organização burocrática” (Op.cit.:158).

Neste sentido, a etapa estruturalista da análise organizacional, em suas origens, dialoga efetivamente com a etapa humanista, de modo que sua leitura da escola de relações humanas, neste primeiro momento, consiste em realçar os aspectos que indicavam a presença de certas disfunções no paradigma weberiano.

Para Viet (Op. cit. : 161), a linha de estudos imediatamente posterior às descobertas de Mayo e dos demais humanistas, marcada por esta análise de disfunções e “círculos viciosos” no modelo de Max Weber constituir-se-á em uma evolução da análise organizacional na direção de um programa estruturalista a partir da percepção de que:

“(...) o esquema de Weber (...) está ao menos parcialmente superado, porque as razões do desenvolvimento da burocracia são procurados não mais na sua eficácia, mas nas tensões que ela serve para reduzir. Os fracassos do sistema não são disfunções, mas funções latentes” (Crozier in Viet, Op.cit.:161).

A concepção de Crozier, no que diz respeito a percepção da presença destas “funções latentes” no âmbito do paradigma weberiano conduz necessariamente a uma abordagem de cunho nitidamente estrutural da organização. Neste sentido, os trabalhos de Merton, Selznick e Gouldner se constituíram, para Viet, em uma “(...) evolução da análise organizacional particularmente importante aos olhos do estruturalismo”, tendo em vista que “(...) a estrutura das organizações no seu conjunto parecia ordenada para a realização de uma tarefa exterior a ela” (Op. cit. : 161).

Esta tarefa extrínseca consiste justamente nas exigências e imperativos externos – como a exigência de rendimentos nas empresas privadas – à configuração funcional das organizações enfocadas pelos autores, que não podia ser abordada adequadamente pela análise organizacional em suas duas primeiras etapas. Sendo assim:

“Por mais racionalizada que ela tenha parecido no arranjo de suas partes em vista de uma eficiência máxima, a organização não podia integrar na sua definição o fim perseguido: a exigência de rendimento se exercia sobre ela sem emanar dela, as razões de seus próprios mecanismos lhe escapavam. Ao contrário, ao considerar os fracassos dos sistemas como funções latentes, dá-se a razão da organização no seu próprio nível. As leis que presidem seu desenvolvimento deixam de ser regras de eficácia burocrática; elas devem daí por diante dar conta das contradições dos sistemas. O imperativo que é então retido é exatamente aquele de um método estruturalista. Encontramo-nos, com efeito, na perspectiva de um estruturalismo autêntico logo que a análise em termos de funções se efetua nos limites da organização um elemento essencial para a sua definição” (Viet, Op.cit.:161-162).

Esta nova visão, centrada nas contradições do sistema organizacional, marca também os limites da etapa humanista da análise organizacional. Segundo Crozier, os humanistas não conseguiram – ou não quiseram – correlacionar suas descobertas com o aspecto racional do funcionamento das organizações estudadas e “(...) fracassaram finalmente em assinalar sua parte real neste mundo dos sentimentos, neste mundo do não racional sobre o qual (...) concentravam seus esforços” (Crozier in Viet, op.cit.:163).

É justamente esse problema de conciliação desses dois aspectos que marca a inserção do paradigma estrutural na análise organizacional, fundamentado por uma nova abordagem das estruturas organizacionais que possibilitou a construção de modelos mais representativos da realidade empírica das organizações, tomadas em sua totalidade

3.3 A abordagem comparativa: estruturalismo e a construção de modelos de análise organizacional

3.3.1 “System models”

Os primeiros modelos de análise organizacional construídos no sentido de uma abordagem totalizante e descritiva, que observa os princípios fundamentais do método estruturalista – inclusive no que se refere ao atendimento (parcial) das condições epistemológicas de validade do próprio modelo definidas por Lévi-Strauss – foram elaborados, respectivamente, por Etzioni, Gouldner e Weiss & Jacobson (Viet, op.cit.:169-172). São modelos que, no entender de Viet (Op.cit.:169), se propõem a abordar a organização a partir de uma perspectiva estruturo-funcionalista, procurando a conciliação dos aspectos mecanicistas levantados pelos modelos formais de análise organizacional com os aspectos do fator humano nas organizações, característicos dos modelos informais.

Não é relevante proceder em uma descrição pormenorizada destes primeiros “rascunhos” de uma abordagem estruturalista da teoria da organização. Todavia, é necessário que se estabeleça as linhas gerais destes trabalhos “de transição” para que se mantenha o sentido de uma visão diacrônica da evolução das formas de análise organizacional em função de seus modelos de análise, bem como avaliar os avanços

em direção a uma próxima “geração” de modelos, já elaborados sob uma perspectiva nitidamente comparativa.

As contribuições de Gouldner e de Etzioni tiveram o mérito estabelecer o problema central da inserção do paradigma estruturalista. Gouldner coloca a questão em termos da conciliação dos modelos formais de análise organizacional com aquilo que chama de *natural-system model*, correspondente aos fatores relacionais destacados pelos humanistas.

Etzioni, por sua vez, propõe um modelo semelhante de análise, pautado na observância simultânea de modelos de sobrevivência (que permitem o funcionamento da organização) e eficácia (que estabelecem um conjunto de relações subjacentes ao primeiro modelo, tornando a organização apta a realizar uma determinada finalidade). Acerca desses dois modelos, Viet posiciona-se da seguinte maneira:

“Encontra-se nesta distinção a necessidade de dar conta ao mesmo tempo da permanência do sistema, mostrando fatores entre os quais o fator humano é um dos mais importantes, e de sua eficácia; mas o problema de conciliar as duas abordagens permanece colocado” (Op.cit.:169).

Weiss & Jacobson propuseram um modelo de estrutura organizacional fundamentado na análise matricial de uma organização governamental norte-americana. A matriz dos autores lhes permitiu destacar os seguintes tipos de relações:

- Relações entre a posição hierárquica de um determinado indivíduo e sua atitude com relação aos demais integrantes e as finalidades da organização.
- Relações entre a finalidade e procedimentos de um determinado grupo de trabalho e sua estruturação.

Para Viet, contudo, a visão da organização resultante deste modelo, embora mais complexa do que a resultante de um simples quadro de funções, permanece essencialmente estática. Segundo o autor:

“A estrutura da organização significada pela matriz dá certamente razão dos comportamentos individuais, e no seu conjunto, ela se verifica ordenada para a realização das finalidades perseguidas; ela parece por este fato colocar em evidência o fator humano obedecendo ao imperativo da racionalidade. Mas não há aí senão uma ilusão. De fato, a descrição da organização é toda inteira (sic) esquemática. Os contos que os empregados foram solicitados a

mostrar (...) são contatos exigidos por seu trabalho; eles são, pois submetidos à 'lei' que é possível assinalar, do exterior, à organização, considerando suas finalidades. A abordagem da organização pelo ângulo das relações humanas longe de ser conciliada com a exigência de eficácia lhe é aqui sacrificada por uma enganadora aparência de racionalidade total” (Op.cit.:163).

Este juízo de Viet quanto a estaticidade desse modelo matricial parece excessivamente severo, no sentido da evolução relativa que a estrutura designada pela matriz apresenta se comparada a redução dos modelos precedentes. E este juízo dificilmente pode ser estendido aos *system models* de Etzioni e Gouldner. O caráter dinâmico desses últimos modelos é consolidado pela própria noção de sistema que eles introduzem no âmbito da análise organizacional.

Não é apenas na introdução da necessidade um caráter sistêmico aos modelos de análise organizacional que os *system models* se mostraram pioneiros de um pensamento estruturalista das organizações. Estes modelos também se destacaram na superação de uma idéia de racionalidade fundamentada no tipo ideal weberiano, rumo a uma abordagem descritiva e comparativa das organizações. Segundo Etzioni:

“Em vez de comparar as organizações existentes com ideais do que poderiam ser, podemos avaliar suas relações relativas. (...) A análise comparativa das organizações sugere um estudo alternativo, que denominamos modelo de sistema” (1976:31-32).

É no sentido dos desenvolvimentos deste estudo alternativo que se começa a perceber o papel das articulações entre as noções de *estrutura* – em seu sentido estrito de elementos reunidos em função de suas diferenças – e de *modelo* na análise organizacional. A consideração destes fatores, entretanto, só é possível com a análise dos modelos efetivamente construídos no âmbito de uma abordagem comparativa.

3.3.2 Grupo de modelos: a abordagem comparativa

Uma das grandes falhas dos modelos parciais (formais ou informais) de análise organizacional, como foi visto, consiste na sua incapacidade de lidar com as diferenças e contradições subjacentes aos vários tipos de organizações existentes. No caso da administração científica, esta limitação é patente: as concepções de Taylor, bem como os pressupostos da corrente européia da abordagem clássica, só tem validade no universo estrito do modelo ideal da organização burocrática weberiana. A

abordagem humanista, por outro lado, não se preocupou em relacionar suas descobertas no âmbito das relações entre os indivíduos no ambiente organizacional com as variantes do modelo burocrático em diferentes contextos e seus impactos sobre a configuração das relações de poder e participação formalmente estabelecidos. Nenhuma dessas orientações, neste sentido, possibilitou a criação de uma tipologia organizacional.

A aplicação do método estruturalista na análise organizacional forneceu os parâmetros para a comparação de organizações complexas seguindo os pressupostos de sua crítica ideológica. Sendo assim, através da síntese entre os aspectos formais e informais da análise organizacional, foi possível aos estruturalistas estabelecer tipologias organizacionais capazes de lidar com as diferenças entre as organizações, agrupando-as segundo as estruturas subjacentes que condicionam seu funcionamento. Segundo Chiavenato:

“A classificação do objeto de estudo parece ser uma preocupação visível em todos os campos de conhecimento, propiciando a formulação de tipologias. Para facilitar a análise comparativa das organizações, boa parte dos autores estruturalistas desenvolveram tipologias de organizações, tentando classificá-las em agrupamentos genéricos para efeito de confronto” (Op.cit.:245).

A introdução de uma abordagem comparativa das organizações complexas foi a principal meta dos estruturalistas no âmbito da análise organizacional. Do ponto de vista do estudo do próprio estruturalismo na teoria das organizações, essa meta permite ainda identificar a direção do pensamento estrutural neste contexto.

Assim, quando Blau & Scott (1970 : 39) declaram que “(...) a importância de comparar organizações diferentes para poder generalizar a respeito delas condiciona nosso pensamento durante toda a análise”; não revelam apenas o método que empregam na sua abordagem das “Organizações Formais”⁷, mas também uma convergência do pensamento moderno em torno de uma nova noção de estrutura⁸, que se define exclusivamente no campo das ciências humanas e sociais.

Esta nova noção de estrutura marca uma nítida evolução dos processos de análise organizacional, no que se refere a construção de modelos de análise. Neste

⁷ Essa referência não diz respeito à perspectiva dos modelos formais de análise organizacional, mas ao título da obra de Blau & Scott, da qual foi extraída a citação em destaque.

⁸ Ver o item 2.3 do presente estudo.

nível, a noção de estrutura fundamenta uma revolução metodológica. Os processos de análise organizacional deixam de ser estudados em função de suas semelhanças com o tipo ideal do modelo weberiano porque “A análise da organização atingiu a fase em que se torna crucial estudar as diferenças sistemáticas entre as várias unidades sociais classificadas como organizações” (Etzioni, 1974:12).

Neste ponto, o foco do estudo se encontra na busca por “diferenças” que – conforme Pouillon (1967:8) – não se reduzem a “alteridades puras” ou a “disfunções no modelo burocrático”, mas que permitem indicar a própria estrutura de relações comuns segundo as quais elas se definem. É no ordenamento destas “diferenças” em um estudo comparativo que se fundamenta, enfim, o estruturalismo na teoria organizacional.

A abordagem estruturalista da teoria organizacional, no que diz respeito a sua vocação comparativa é, portanto, efetivamente decorrente desta evolução do sentido da noção de estrutura. Esta noção, contudo, se articula – conforme foi demonstrado – com a noção de *modelos*, tanto nos termos gerais dos fundamentos do método estruturalista em seu sentido universal como na aplicação dessa metodologia ao estudo das organizações. Neste sentido sua compreensão não pode prescindir da discussão dos modelos estruturalistas de análise comparativa com a nova noção de estrutura que os fundamenta, de modo a caracterizar a evolução do método de construção de modelos de análise organizacional e a própria consolidação do programa estruturalista no estudo das organizações.

3.3.3 O modelo de Etzioni

Dentre os modelos estruturalistas de análise estrutural, o modelo proposto por Amitai Etzioni é o que mais se destaca.

A tipologia de Etzioni, teve como base de comparação a noção de consentimento ou obediência (*compliance*), uma resultante das formas pelas quais o poder é exercido e dos gêneros da participação dos indivíduos. Segundo Chiavenato:

“A estrutura de obediência em uma organização é determinada pelas espécies de forças aplicadas sobre os participantes de nível inferior. As organizações utilizam três tipos diferentes de forças: coercitiva; remunerativa; normativa” (Op. cit.:247).

Um dos aspectos mais interessantes desta tipologia é justamente a utilização de uma noção de *consentimento* como base de comparação, ao invés de uma noção mais visível como *poder* ou *autoridade*. Nesta opção percebe-se claramente a orientação estruturalista do modelo de Etzioni: uma tipologia baseada no tipo de autoridade exercida resultaria em uma tipologia estática, ligada a uma noção tradicional de estrutura no sentido burocrático. A noção de consentimento transcende esse ponto de vista. Segundo House:

“(...) Ele [Etzioni] não se refere a autoridade no sentido tradicional, mas desenvolve este conceito de um modo mais abrangente, como parte da noção de estrutura de consentimento (compliance structure). O consentimento está relacionado com a atribuição de poder e a orientação do indivíduo. Consiste no comportamento dos indivíduos em resposta ao poder e o poder pode tomar várias formas (...). Etzioni argumenta que é superficial demais a visão da autoridade legítima com a razão pela qual as pessoas participam – que a autoridade ilegítima afeta o comportamento.” (1975:73).⁹

Um aspecto particularmente importante dessas estruturas de consentimento se refere a sua própria composição. Uma análise mais profunda dessas estruturas revela um aspecto formal – o estabelecimento de relações de poder deliberadamente atribuídas a um certo grupo de participantes da estrutura formal da organizacional – e outro informal, que diz respeito a participação dos subordinados definida por sua orientação quanto ao poder que é exercido – inclusive no sentido das disposições dos grupos informais e dos aspectos da cultura desses grupos.

Sob este ponto de vista, pode-se perceber a solução de Etzioni – e dos estruturalistas, por extensão – para o problema da conciliação das duas orientações conflitantes e seus modelos respectivamente formais e informais de análise organizacional – problema esse tido por Viet como central para a inserção do programa estruturalista na teoria organizacional.

A solução se encontra no advento dessas estruturas de consentimento, que resultam em unidades analíticas que se reportam, simultaneamente, aos aspectos formais e informais da realidade organizacional. Neste sentido, as estruturas de consentimento manifestam a síntese estruturalista desses aspectos conflitantes, e

⁹ Tradução do autor.

permitem a construção de um modelo que supera a parcialidade das orientações precedentes e permite a análise totalizante das organizações através da síntese desses aspectos.

Para que se compreenda as estruturas de consentimento, é necessário, entretanto, que se analise esses dois aspectos “infra-estruturais” em separados. Segundo Etzioni (Op.cit.:33-34) o poder nas organizações apresenta três formas básicas:

- Poder Coercitivo – baseado em sanções de caráter físico;
- Poder Remunerativo – baseado no controle de benefícios financeiros; e
- Poder Normativo – baseado na manipulação de recompensas simbólicas.

De forma semelhante, Etzioni (1974:38-39) expõe as maneiras pelas quais dá-se a participação ou engajamento dos indivíduos com relação a organização:

- Participação Alienativa – definida em termos da alienação dos participantes com relação a organização em que estão inseridos;
- Participação Calculista – definida em termos da expectativa de benefícios (geralmente financeiros) dos participantes de uma organização; e
- Participação Moral – definida em termos da internalização, por parte dos participantes, de normas e identificação com a autoridade, ou das relações verticais e horizontais (com relação a hierarquia) entre os participantes neste mesmo sentido.

As estruturas de consentimento resultantes da correlação entre os tipos de poder e as formas de participação são, portanto, designadas pela seguinte matriz (quadro 1) proposta por Etzioni (Op.cit.:41).

Poder	Tipos de Participação		
	Alienativa	Calculista	Moral
Coercitivo	1	2	3
Remunerativo	4	5	6
Normativo	7	8	9

Quadro 1

A matriz proposta por Etzioni estabelece nove tipos de estruturas de consentimento possíveis na realidade empírica. É importante que se observe que este grupo de estruturas possíveis designadas pelo modelo não prescreve uma situação ideal, deduzida aprioristicamente – mas descreve uma generalização fundamentada em um grande número de modelos de análise de organizações específicas construídos em função de pesquisas empíricas. Trata-se portanto de uma ruptura para com o modelo weberiano, e uma nítida evolução com relação aos estudos posteriores que aceitavam o *tipo ideal* como paradigma de eficiência e racionalidade. As estruturas de consentimento são estruturas designadas por um modelo construído em conformidade com a realidade empírica das organizações, e não em função de uma deformação, ou mesmo a despeito, dessa realidade.

Embora todos esses tipos sejam possíveis e empiricamente verificáveis, o autor argumenta (Op.cit.:41) que as modalidades de consentimento de n.º 1, 5 e 9 são consideravelmente mais comuns do que os demais. Isto ocorre – segundo Etzioni – devido a necessidade das organizações modernas por eficácia e eficiência, o que implica na *congruência* entre o tipo de poder exercido e a forma de participação verificada. Para Etzioni:

“A participação dos membros dos níveis inferiores é determinada por muitos fatores como a sua estrutura de personalidade, socialização secundária, associação em outras coletividades e assim por diante. Ao mesmo tempo, os poderes da organização diferem no tipo de participação que tendem a provocar. Quando o tipo de participação que os membros apresentam por causa de outros fatores e o tipo de participação que tende a ser gerado pela forma predominante do poder organizacional são idênticos, chamamos o relacionamento de congruente. Por exemplo, os internados são altamente alienados em relação às prisões; o poder coercitivo tende a alienar; assim, esse é um caso de consentimento congruente” (Op.cit.:42).

Com base nisso, Etzioni chegou a uma tipologia de organizações fundamentada no consentimento congruente. São estes tipos: I) organizações coercitivas; II) organizações utilitárias e III) organizações normativas.

As organizações coercitivas – tipo n.º 1 da matriz dos consentimentos, em sua forma congruente – utilizam a coerção como o principal meio de controle. São caracterizadas por um alto grau de alienação de seus participantes. São exemplos

deste tipo de organização presídios, hospitais psiquiátricos de alta segurança, campos de concentração, etc.

As organizações remunerativas ou utilitárias são aquelas que correspondem ao tipo de n.º 5 da matriz de consentimento, em sua forma congruente. Nestas organizações – segundo Etzioni (Op.cit.:63) – a forma principal de controle corresponde a concessão de recompensas para os participantes. Neste sentido, a orientação principal do engajamento de seus participantes tende a ser calculista. Neste tipo podem ser incluídas praticamente todas as organizações industriais e de serviços do setor privado, assim como certos segmentos do setor público.

Por fim, as organizações normativas correspondem àquelas em que a forma predominante de controle consiste no poder normativo exercido sobre a grande maioria dos participantes. Segundo Etzioni:

“O consentimento nas organizações normativas apoia-se principalmente na internalização das diretrizes aceitas como legítimas. A liderança, rituais, manipulação de símbolos de prestígio e símbolos sociais e a ressocialização estão entre as técnicas mais importantes de controle que são empregadas” (Op.cit.:72).

As organizações normativas podem ser típicas – quando não utilizam outra forma de controle senão a normativa – ou apresentarem padrões secundários de consentimento, como o coercitivo (Op.cit.:77), o utilitário (Op.cit.:84) ou ainda um padrão diverso não classificado (Op.cit.:86). São exemplos de organizações normativas os hospitais, as universidades, as escolas, as igrejas, entre outras.

Etzioni se refere ainda a estruturas de consentimento dualísticas (Op.cit.:88). Segundo o autor, essa classificação diz respeito a organizações que desenvolveram estruturas de consentimento em que surgem dois padrões com frequência idêntica ou semelhante. O autor identificou estes tipos dualísticos em unidades de combate (estruturas normativo-coercitivas); sindicatos (estruturas utilitário-normativas); e em certo tipo de indústrias antigas, fazendas e navios (estruturas utilitário coercitivas).

Com o estabelecimento desta tipologia das organizações com base em suas estruturas de consentimento, está caracterizado o modelo de Etzioni. O seu desenvolvimento se dá com a consideração de seus correlatos, fazendo comparações entre organizações com base na forma pela qual as estruturas de consentimento condicionam esses correlatos, que nada mais são do que as principais variáveis das

organizações como suas metas e padrões de eficiência, suas posições quanto as elites e participantes inferiores, sua coesão, seus mecanismos de controle, etc.

Mas e quanto a validade deste modelo, do ponto de vista da epistemologia, conforme as condições expostas por Lévi-Strauss? Já foi visto que o modelo é construído em conformidade com a noção fundamental de estrutura do programa estruturalista, assim como se sabe que sua construção foi orientada para corresponder a realidade empírica “em todas as relações que importam a pesquisa em curso”, como queria Von Neumann (*in* Lévi-Strauss, 1976:13). Mas será isso o bastante para garantir a validade de um modelo em termos de caráter sistêmico, universalidade, previsibilidade e abrangência?

Em termos gerais, talvez não necessariamente. Mas no que se refere ao modelo de Etzioni a resposta parece ser afirmativa, embora não se o possa confirmar com um teste empírico do modelo, no âmbito do presente estudo.

O modelo de Etzioni, contudo, é positivamente válido no que se refere a condição referente ao caráter sistêmico. O modelo permite observar que a modificação de um elemento na estrutura condicionantes implica nas modificações dos demais. Isto se aplica ao próprio nível das estruturas de consentimento: se, por exemplo, alterar-se a forma de poder exercido na organização de normativo para coercitivo, o modelo permite representar a conseqüente mudança na forma de participação, determinada pela lei da congruência; alterando-se deste modo a própria estrutura de consentimento da organização.

No que se refere a condição de universalidade, pode-se demonstrar a validade do modelo de Etzioni chamando a atenção para o universo de tipos possíveis. De fato, pode-se reconhecer empiricamente a existência de nove diferentes tipos de organizações que correspondem, no modelo aos nove tipos de estruturas de consentimento possíveis. A identificação entre cada integrante deste grupo de modelos, por sua vez, é garantida pelas diferentes infra-estruturas de poder e participação comuns a composição de cada estrutura de consentimento, e assim por diante. Toda a lógica do modelo obedece uma regra de transformação comum que permite identificar a representação de uma organização coercitiva com o modelo de uma organização utilitária. Além disso, o modelo permite correlacionar as estruturas de consentimento com outros aspectos da organização, como por exemplo no que se

refere a questão da distribuição do carisma em cada tipo (Etzioni, op. cit. : 272), gerando uma série de outras prováveis regras de transformação e que estabelecem uma nova família de modelos.

A questão da previsibilidade também se evidencia na manipulação das estruturas de consentimento. Uma alteração na forma de poder permite prever, tendo em vista a lei da congruência, o sentido da própria mudança estrutural do consentimento organizacional. O modelo permite assim prever a configuração do sistema, no caso da alteração de uma de suas relações.

Resta ainda a condição da abrangência, que se refere a necessidade do modelo permitir explicar todos os fatos observados na realidade empírica. O modelo de Etzioni se mostra igualmente válido neste sentido, pois a matriz de consentimento dá conta de todos os tipos de estruturas possíveis, em quaisquer organizações existentes na realidade empírica. Também isso se verifica na análise da estrutura de consentimento: os tipos de poder e participação existentes e verificados na empiria podem ser combinados no modelo de forma a representar as diferentes configurações das estruturas de consentimento existentes.

4. Estruturalismo fenomenológico e estruturalismo dialético na teoria das organizações

Tendo analisado os fundamentos do estruturalismo na teoria organizacional sob o ponto de vista das articulações entre as noções de *estrutura* e de *modelo*, resta ainda cumprir este itinerário sob a ótica das articulações entre as noções outras de *significação* e *dialética*, respectivamente, e a própria noção de *estrutura*; no estudo das organizações complexas.

Estas duas tendências do pensamento estrutural, contudo, podem ser analisadas sob uma mesma perspectiva. Segundo Viet:

“Eis-nos, pois, no cruzamento de quatro caminhos do estruturalismo¹⁰. A quem reclamar de um a importância dos outros poderá parecer superestimada, às vezes nula. A distinção poderá mesmo ser posta em causa, em razão de certas palavras – aquela, por exemplo, de dialética – cujo emprego parece unificar algumas de nossas tendências: dialético o materialismo, dialética a fenomenologia, dialético também o hiper-empirismo da sociologia concreta; seguindo esta tendência, teremos apenas duas direções, constituídas uma a partir da matemática, a outra da filosofia” (1973:33).

A primeira dessas direções refere-se aos aspectos tratados no capítulo anterior. Sua vinculação à matemática – a que aludiu Viet – diz respeito à noção de *modelo*, no sentido em que essa noção é tomada das matemáticas qualitativas modernas, amplamente aplicadas no contexto das ciências sociais.

A segunda direção, por outro lado, refere-se principalmente às tendências fenomenológica e dialética do pensamento estruturalista. Sua convergência em um único caminho, constituído a partir da filosofia, se explica pela natureza das noções de *dialética* e *significação* que condicionam a categorização de Viet.

Essas noções não se ligam diretamente ao método e a prática da análise estrutural como a noção de *modelo*. Elas se articulam com o pensamento estrutural de uma forma mais sutil, justamente por estarem ligadas a correntes tradicionais da filosofia e a uma posição frente ao próprio processo do conhecimento, como a fenomenologia e a dialética.

¹⁰ Viet se refere às quatro categorias do estruturalismo. Ver o item 2.6 do presente estudo.

A noção de *significação* articula-se com a de *estrutura* no momento da interpretação e da discussão do estudo estruturalista dos fenômenos sociais. O debate em torno da noção de *significação* remonta ao sentido tradicional da fenomenologia, em termos do estudo dos fenômenos – acepção que equivale o seu âmbito ao da própria filosofia. Seu desenvolvimento posterior passa pela fenomenologia hegeliana, e sua acepção moderna encontra-se num caminho que vai de Husserl a Merleau-Ponty. Este itinerário já basta, não apenas para caracterizar a complexidade inerente ao esforço de relacionar as noções de *significação* e *estrutura* como também para inferir a possibilidade de articulações igualmente significativas entre às noções de *significação* e *dialética*.

De fato, esta correspondência se encontra evidenciada pela fenomenologia dialética de Hegel. Na verdade, a própria noção de dialética tem um itinerário ainda mais longo: muito antes de Hegel, pré-socráticos como Zênon e Heráclito já se utilizavam dela; e depois de Hegel seu conteúdo foi revisado e redimensionado por Marx e seus seguidores – marxistas ou não.

A dialética é o método filosófico por excelência, permitindo pensar uma tese e sua contradição de maneira simultânea, de modo a atingir a superação dos contrários, justamente em função de “(...) a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade e a elevação dela a um nível superior” (Konder, 1981:26)”.

Assim, a perspectiva dialética é bastante significativa no âmbito do pensamento moderno e da própria fenomenologia. Este estado de coisas justifica a convergência das tendências dialética e fenomenológica no caminho único a que se referiu Viet (Op.Cit.:33).

Neste sentido, toda esta última seção do presente trabalho dedicar-se-á ao estudo conjunto das articulações entre a noção de *estrutura* e às noções de *dialética* e *significação*, tendo em vista explorar os fundamentos destas tendências com relação as contribuições dos estruturalistas a teoria organizacional. Isso não significa, entretanto, estudar em profundidade todo aquele itinerário da fenomenologia e a dialética em si, mas tão somente considerar essas noções em termos de sua ligação específica com o estruturalismo na última metade do século XX, segundo a concepção de Viet.

Tendo isso em vista, a abordagem conjunta permitirá dar conta das contradições existentes na abordagem de um estruturalismo fenomenológico na teoria organizacional, o que conduzirá ao estudo da dialética subjacente ao pensamento estruturalista das organizações complexas em função do sentido de suas descobertas.

4.1 Estrutura, fenomenologia e “estruturalismo weberiano”

4.1.1 Estrutura e significação

A tendência fenomenológica do estruturalismo é decorrente, em grande parte, dos esforços de Merleau-Ponty em redefinir o papel da filosofia em relação às ciências humanas e sociais. Segundo Dosse:

“Para Merleau-Ponty compete ao filósofo delimitar o campo dos possíveis, interpretar o trabalho empírico realizado pelas ciências sociais; ele fornece a cada uma das positividades, mediante um trabalho hermenêutico, a questão do sentido” (1992 : 55).

Neste sentido, pode-se compreender a relevância atribuída por Viet a noção de significação para a caracterização da tendência fenomenológica: ela surge justamente da intenção expressa por Merleau-Ponty de – enquanto filósofo – interpretar os resultados obtidos em campo pelos sociólogos, antropólogos, economistas e demais cientistas sociais através de seus métodos de análise estrutural no âmbito filosófico. O paradigma fenomenológico, portanto, surge da necessidade de se atribuir um sentido aos sistemas de relações trazidos a lume pelos estruturalistas, em um nível mais elevado. Para Dosse:

“(...) o papel do filósofo fenomenológico consistia em dar continuidade às contribuições de Mauss, Lévi-Strauss, Sussure, Freud, (...) na perspectiva de uma representação fenomenológica de todos os seus materiais, redefinindo-os do ponto de vista filosófico – na condição de ser entendido que o filósofo aceita como válida a informação do especialista, que ele, aliás, não pode verificar. Portanto, a idéia é fazer o fenomenólogo desempenhar o papel do regente de orquestra, que acolheria todos os resultados objetivos fornecidos pelas ciências do homem, apontando-lhes um sentido, um valor em termos de experiência subjetiva, de significação global” (Op.cit.:57).

É nesta atribuição de valor em termos de experiência subjetiva e significação global que se encontra a chave para a compreensão da tendência fenomenológica. Segundo Viet:

“(...) vê-se com a fenomenologia, impor-se esta idéia de que o conhecimento é apreensão de significação. (...) Como assinala Meleau-Ponty, ‘se o conhecimento, no lugar de ser apresentação ao sujeito de um quadro inerte, é a apreensão do sentido deste quadro e a distinção do mundo objetivo e das aparências subjetivas não é mais a de duas espécies de seres mas de duas significações, e a este título ela é irrecusável.’ ” (Op.cit.:20- 21).

Para Viet (Op. cit.:21) o método fenomenológico confere um relevo particular a noção de estrutura ligando-a estreitamente às noções de *compreensão* e *significação*. A compreensão – segundo Aron (in Viet, op.cit.:22) – pressupõe uma significação. Neste sentido: “Compreender é apreender objetivamente a significação das intenções do outro a partir de suas condutas.” (Viet, op.cit.:22).

Estas noções ligam-se a de estrutura, concebendo-a como um ponto de apoio a análise, tendo em vista que a estrutura consiste em conjuntos que possuem um *sentido*. Sendo assim:

“(...) meu comportamento e aquele que pertence ao outro, só existem para o fenomenólogo por seu sentido, e este sentido é aprendido somente no seio de uma estrutura, que, na relação de suas partes com o todo dotado de unidade que então ela constitui, exprime a nossa maneira de ser no mundo” (Viet, Op. cit. : 22) .

4.1.2 Estrutura, significação e o estudo das organizações complexas

A correlação das noções de *estrutura* e *significação* é, nos termos expostos acima, bastante frutífera para analisar a aplicação dos métodos estruturalistas em disciplinas como a psicologia e a sociologia. No que se refere à psicologia, a consideração dessa articulação é fundamental para que se entenda a evolução da disciplina da psicologia da forma (*gestalt*) até as recentes abordagens de cunho fenomenológico-existencialista.

No que diz respeito ao estudo estruturalista das organizações complexas, contudo, essa articulação tende a parecer secundária; mesmo para quem toma o campo da teoria organizacional como um domínio da sociologia: o próprio Viet

(Op.cit.:160-191) não se refere a ela em sua análise do estruturalismo nas organizações.

Por outro lado, há que se levar em conta todo um grupo de comentadores da teoria organizacional que trabalharam a categorização de Viet. Estes autores costumam referir-se a uma tendência ao estruturalismo fenomenológico fundamentando a aplicação do método estruturalista na teoria das organizações. De fato, segundo Motta: “Na teoria das organizações as abordagens estruturalistas mais recentes parecem pretender combinar em proporções que variam de autor para autor, o estruturalismo fenomenológico e o dialético” (1975:55).

No que se refere ao estruturalismo fenomenológico, o fator que permitiu a Motta determinar essa tendência não partiu, entretanto, de uma análise das relações entre as noções de estrutura e significação como a empreendida no item anterior do presente trabalho. A categorização de Motta parece ter seguido mais a necessidade de esclarecer o papel de Max Weber na teoria organizacional de forma geral e como precursor da abordagem estruturalista das organizações em particular:

“Para o estruturalismo fenomenológico estrutura é um conjunto que tem um sentido e que oferece, pois, à análise intelectual um ponto de apoio, mas que ao mesmo tempo não é uma idéia, por que se constitui, se altera ou se organiza frente a nós como um espetáculo. Nesta corrente está Max Weber, cujos tipos ideais refletem muito bem esta concepção de estrutura” (Op.cit.:55).

Correlacionar essa noção fenomenológica de estrutura com o tipo ideal weberiano elimina – a princípio – a possibilidade de um estruturalismo fenomenológico na teoria das organizações. A condição de impossibilidade, neste caso, é a própria crítica estruturalista dos modelos de análise organizacional concebidos mediante o paradigma de racionalidade do modelo de Weber.

Motta, contudo, insiste na idéia de um *estruturalismo fenomenológico weberiano*:

“Em certo sentido, a ênfase recente na aplicação de métodos estruturalistas no estudo das organizações pode ser entendida como uma volta às suas origens mais autênticas. De fato, o primeiro teórico significativo das organizações foi Max Weber, que as analisou de uma perspectiva estruturalista fenomenológica” (Op.cit.:57).

Motta segue sua argumentação descrevendo a retomada do tipo ideal de Weber na teoria organizacional até a crítica estruturalista. Mas não define as condições pelas quais a contribuição de Weber se constitui em um estruturalismo fenomenológico.

Os elementos que Motta propõe não bastam, portanto, para que se suponha uma tendência fenomenológica na teoria das organizações. Contudo, Weber é freqüentemente citado como precursor do estruturalismo pelos principais autores estruturalistas que se dedicaram ao estudo das organizações. Se não é a via do estruturalismo fenomenológico, qual a explicação disso, levando-se em conta a questão da crítica estruturalista ao tipo ideal? Cumpre que se esclareça essa questão junto aos próprios estruturalistas.

4.1.3 A releitura estruturalista do “estruturalismo” weberiano

No capítulo V de *Organizações Modernas*, Etzioni afirma algo que parece insólito a primeira vista, principalmente ao que diz respeito a linha de raciocínio da crítica estruturalista dos modelos de análise organizacional. Disse Etzioni: “Max Weber, o mais influente dos fundadores do estruturalismo, preocupou-se muito com a distribuição do poder entre as posições da organização na estrutura burocrática (...) (grifo nosso)” (Op.cit:81).

É então Weber um precursor do estruturalismo na teoria organizacional? Mas não estaria esse autor ligado a um pensamento *funcionalista*, que não reconhece o divórcio entre as noções de estrutura e organização? O modelo ideal de burocracia, proposto por Weber, prestar-se-ia às condições de validade discutidas, ou permitiria uma análise comparativa das organizações reais? Em suma, não estaria Weber mais identificado – como notou Chiavenato (1993:61-62) – com autores como Fayol, Urwick e Gulick (representativos da abordagem clássica), do que com estruturalistas como Selznick, Gouldner e o próprio Etzioni? Mas, por outro lado, se isto estiver correto, por que estes últimos sempre o tiveram como um precursor?

Todas estas questões se apresentam como um entrave considerável aos comentadores da teoria organizacional, tendo em vista que expressam uma contradição. Por um lado, percebe-se que Etzioni e outros estruturalistas consideram Weber um autor fundamental para sua própria abordagem, que se fundou na síntese e superação das teorias precedentes. Entretanto, essas teorias precedentes encontraram

no próprio Weber um paradigma de racionalidade que permitiu fundamentar suas proposições acerca das organizações e construir seus modelos de análise organizacional.

Tomando-se apenas estes fatos, pode-se concluir que a abordagem estruturalista *deveria* ter rompido com o paradigma weberiano, denunciado sua parcialidade com o mesmo ímpeto que denunciou a parcialidade da escola clássica, na medida em que esta escola se submete ao ideal burocrático do sociólogo alemão. Esta conclusão, contudo, é falsa, justamente por que se apoia uma consideração apenas parcial da obra de Max Weber. Neste ponto, também pode-se perceber que a idéia de “síntese estruturalista” dos aspectos formais e informais tratados pelas abordagens precedentes não é tão simples como aparenta. Certamente deve existir uma *tendência dialética* nesta síntese estruturalista, que condiciona sua exposição – assim como a abordagem weberiana provavelmente teve um papel maior do que o aparente na inserção do programa estruturalista na teoria organizacional.

No que se refere ao papel de Weber, não se pode negar que o sociólogo alemão tenha, de fato, se preocupado muito com os aspectos formais das organizações; tendo em vista haver ele proposto uma estrutura burocrática ideal que estabelece as divisões de poder necessárias no âmbito de uma organização, com vistas a máxima eficiência. Contudo:

“Ao mesmo tempo, em sua análise da legitimidade, (Weber) abriu uma perspectiva inteiramente nova para o estudo da satisfação derivada da participação na organização. Sua compreensão da mútua influência entre o poder de controle e a capacidade de justificar (“legitimar”) seu exercício, estabeleceu o contexto de um grande número de trabalhos posteriores (...)” (Etzioni, op.cit.:81).

Neste sentido, percebe-se que muito da referida contradição se deve a uma compreensão limitada da obra de Weber, pautada exclusivamente nos aspectos de seu modelo ideal de burocracia. Esta compreensão parcial possivelmente teve origem com uma leitura da obra weberiana excessivamente ligada a uma certa tendência anatomista da escola clássica, que teria “elegido” o modelo de Weber como o paradigma de estudos mais adequado ao fenômeno organizacional e relegado a um segundo plano – ou ainda tomado como meras *externalidades* – os demais aspectos de sua vasta obra.

São justamente estes aspectos que estruturalistas como Selznick, Etzioni e Blau & Scott procuraram retomar, e é no sentido dessa releitura da obra de weberiana – levando em consideração a forma burocrática e o sistema de relações de poder e participação imanentes a este modelo – que Etzioni cita o sociólogo alemão como fundador da corrente estruturalista na teoria organizacional.

Não se trata, contudo, de dizer que Weber utilizou o método estruturalista, ou que anteviu uma noção de estrutura diversa daquela “tradicional” que fundamenta seu modelo. Não se trata, tão pouco, de utilizar Weber em uma nova perspectiva parcial, fundamentada em elementos diversos dos anteriormente contemplados, sem qualquer apreciação crítica da obra. Trata-se de apresentar uma nova leitura da obra de Weber no sentido totalizante das relações existentes entre o modelo ideal e as condições diversas (*poder, autoridade e legitimidade*) que condicionam o modelo ideal e que – como será visto – denunciam suas próprias disfunções. Trata-se portanto de considerar Weber como o fundador de uma linha de estudos que culminaria em uma perspectiva estruturalista de análise organizacional.

A releitura de Etzioni da obra de Weber, neste sentido, é um pouco semelhante a releitura de Levi-Strauss da obra de Marcel Mauss. Da mesma forma que o etnólogo francês encontrou elementos que permitiriam a instauração de um programa estruturalista em etnologia na obra de Mauss, Etzioni pode encontrar estes elementos nos trabalhos de Weber. Mas nem Weber nem Mauss foram estruturalistas – assim como, de forma similar, Marx não foi um *marxista* e Cristo não foi um *cristão*.

Na verdade, tanto no que se refere a Etzioni e a Levi-Strauss, o mais importante para a caracterização de elementos de um método estruturalista nas obras de seus respectivos precursores não é a obra em si ou as orientações de Weber e Mauss com relação a suas doutrinas específicas; mas as orientações de Etzioni e Levi-Strauss com relação ao método e ao pensamento estruturalista. Neste sentido, pode-se concluir que Etzioni – fundamentado por obras de diversos autores de sua geração, com orientações semelhantes – retomou a obra de Weber através de uma perspectiva nova, e lá buscou os elementos que contradiziam o próprio modelo weberiano do tipo ideal burocrático, ao nível de suas disfunções. A revisão estruturalista da obra weberiana é, portanto, uma revisão crítica.

Mas qual a natureza dessa crítica? Os resultados são bem conhecidos. Sabe-se que Etzioni, assim como outros estruturalistas, criticou o excessivo mecanicismo de Weber, ao considerar a autoridade e a organização burocrática como a culminância de um processo histórico, com vistas a consecução de uma forma de organização ótima, patente no modelo ideal de *estrutura burocrática*. Sabe-se também que o ator denunciou como exagerada e excessivamente rígida a tipologia weberiana das três formas de autoridade (tradicional, carismática e burocrática), que não possibilitava a discussão de tipos mistos, ou a coexistência destes tipos na estrutura de poder das organizações modernas. Também se sabe que Etzioni e outros autores criticaram veementemente o caráter estático do pensamento weberiano, que não cria na possibilidade de uma estrutura organizacional apresentar um caráter dinâmico, passando de uma estrutura burocrática de poder a uma estrutura carismática – fato verificado na empiria. Mas quais os elementos que permitiram aos estruturalistas detectar estas disfunções?

A presença de contradições internas na abordagem da obra de Weber, a passagem de um paradigma estatizante e imutável para um modelo dinâmico e a síntese e superação das orientações conflitantes para a construção de modelos de análise: todos esses fatores convergem para uma tendência dialética que se articula com os fundamentos do pensamento estruturalista.

4.2 Estrutura, dialética e conflito organizacional

4.2.1 Estrutura e dialética

A última tendência do pensamento estrutural, segundo a análise de Viet (Op.cit.13- 35), diz respeito àquela que relaciona as noções de estrutura e de dialética. Esta correlação teve início com Althusser e outros que estruturalistas que se dedicaram a pensar estruturalmente os trabalhos da maturidade de Marx. Segundo Lepargneur:

“Muitos estruturalistas não escondem a simpatia para com o marxismo. O paradoxo desaparece, quando se recusa reduzir o estruturalismo a uma teoria que desconhece a história ou o concreto, e o marxismo a uma ideologia manipulada pelo Partido” (1972:89).

Viet entende a dialética como um método de caráter eminentemente filosófico, que consiste na superação sucessiva das contradições subjacentes a um determinado objeto. Lukács apresentou uma definição nestes termos:

“A dialética é um processo de passagem fluída de uma determinação a outra, uma permanente superação dos contrários, que ela é sua passagem de um ao outro; que, por consequência a causalidade unilateral e rígida deve ser substituída pela ação recíproca” (in Viet, Op.cit.:25).

A tendência dialética do pensamento estruturalista fundamenta-se, sobretudo, na concepção de Marx acerca da noção de estrutura em sua crítica da economia política. Segundo Godelier:

“No Capital, encontramos a análise estrutural das relações capitalistas de produção (relações do capital e do trabalho assalariado) e encontramos essa estrutura esclarecida em sua gênese (teoria da acumulação primitiva, da gênese do fazendeiro capitalista, etc.) e no seu modo de movimento; flutuações cíclicas e crises a curto prazo, lei de baixa da taxa do lucro a longo prazo e lei da passagem para o socialismo na perspectiva final da evolução geral” (in Lepargneur, op.cit.:92).

Neste sentido, cumpre que se defina a noção mesma de estrutura na crítica marxista da economia política, para compreender sua ligação com a noção de dialética. Viet cita Marx neste sentido:

“Na produção social de sua vida, os homens constróem relações de produção que correspondem a um nível de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se edifica uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas de consciência social determinadas” (in Viet, op.cit.:26).

É necessário, contudo, que se compreenda as dimensões reais da noção de produção em Marx, para que não se incorra em uma apreciação equivocada do conceito marxista de estrutura. A produção, para Marx, não diz respeito apenas a bens e serviços e quaisquer outras categorias relacionadas a manufatura de bens participantes de um valor econômico. Refere-se também a ideologias, obras de arte, relações sociais, enfim, a todo o tipo de atividade criadora do gênero humano, ou –

em termos marxistas – à própria *Praxis*. Neste sentido, longe de reduzir o seu âmbito, o entendimento da estrutura como o conjunto das relações de produção em um determinado contexto liga o pensamento estrutural às atividades ao mesmo tempo vitais e sociais dos seres humanos (Viet, op.cit.:27).

A tendência dialética do pensamento estruturalista, portanto, encontra sua problemática nas relações de produção do gênero humano. Mas, para Marx (in Viet, op.cit.:27), estas relações são também um produto, estabelecido e feito pelos homens, da mesma forma que qualquer produto material. Desta forma, estas relações são “produtos históricos e transitórios” (Marx in Viet, op.cit.:27) sujeitos a dinâmica e as transformações do processo histórico e suas contradições. Isso tem uma implicação interessante para o estudo estruturalista do Capital, tendo em vista que esta obra de Marx, segundo Godelier:

“(...) nos fornece o instrumento e o campo de uma teoria estrutural da diacronia. Isso significa que seu método [a dialética] longe de ser contrário ao da atual análise estrutural, completa-a e talvez a autorize a tomar todo seu alcance” (in Lepargneur, op.cit.:94).

A dialética liga-se a noção de estrutura através da reconciliação do estruturalismo com a história; e o método que permite essa reconciliação é a própria dialética, que – segundo Lepargneur – possibilita a combinação de todo o tipo de análise sincrônica e diacrônica, o que significa “(...) pensar a contradição e a não-contradição de um sistema real, e a sua unidade” (Godelier in Lepargneur, op.cit.:92).

A partir disso, pode-se concluir que a estrutura – enquanto conjunto de relações de produção – é ela própria condicionada pelo processo histórico. É nessa dinâmica que reside o sentido do estruturalismo dialético: a concepção da estrutura como uma “determinação do devir histórico”, indissociável das próprias atividades que revela e, sobretudo, significativa apenas enquanto no interior de um movimento dialético.

4.2.2 A dialética do conflito

A abordagem estruturalista da teoria organizacional pode ser entendida como um processo de totalização, uma tentativa de orientar o estudo das organizações complexas para uma visão de conjunto.

No entender dos estruturalistas, as teorias organizacionais existentes eram incapazes de compreender essa totalidade em vista da parcialidade de suas abordagens. A crítica estruturalista dos modelos formais e informais de análise organizacional provou essa parcialidade e propôs a ruptura para com o tipo ideal weberiano. Em vista disso, a solução para esta parcialidade no campo da construção de modelos de análise, tomou a forma de modelos comparativos concebidos sob uma perspectiva estruturalista, que possibilitavam a abordagem da organização na totalidade de seus aspectos.

Existe, contudo, um outro nível através do qual esse processo de totalização deve ser abordado. Segundo Konder: “Em relação a totalidade (...) a teoria dialética recomenda que nós prestemos atenção ao ‘recheio’ de cada síntese, quer dizer, às contradições e mediações concretas que a síntese encerra” (1981:44).

A ênfase na totalidade por parte dos estruturalistas na teoria da organização, portanto, pode ser analisada sob um ponto de vista dialético. Na verdade, esse enfoque é subjacente a crítica dos estruturalistas das abordagens que a precederam na teoria das organizações:

“A Administração Científica e a escola de Relações Humanas foram, em muitos sentidos, diametralmente opostas. Os fatores considerados como decisivos e cruciais, por uma escola, eram quase ignorados pela outra. As duas escolas, contudo, tinham um elemento em comum: nenhuma delas via qualquer contradição fundamental ou dilema insolúvel na relação entre a procura de racionalidade da organização e a busca da felicidade humana” (Etzioni, op.cit.:65).

Neste sentido, de forma paralela a síntese das etapas precedentes, no campo específico dos modelos de análise organizacional, a inserção estruturalista se caracteriza também por uma superação destas contribuições ao nível dos pressupostos teóricos que orientavam suas visões do fenômeno organizacional. E esta superação, advém das “contradições e mediações” existentes no seio da estrutura de relações da própria organização, em função da descoberta da presença de um conflito estrutural entre os interesses dos grupos constituintes da organização – que permitirá a substituição de uma orientação funcionalista nos paradigmas de análise organizacional por um pensamento efetivamente estrutural.

Este pensamento estrutural, contudo, se articula com a noção de dialética no sentido em que entende essa contradição entre a procura de racionalidade por parte da organização e a orientação dos indivíduos que dela participam como fonte de mudança e desenvolvimento da estrutura organizacional:

“Sugerimos que vários conflitos dentro das organizações complexas, ocultos e suprimidos pela burocratização rígida, constituem uma fonte inevitável de mudança e que os desenvolvimentos organizacionais daí resultantes podem ser conceituados como processos dialéticos” (Blau & Scott, 1977:23).

É neste sentido que a releitura crítica do estruturalismo da obra weberiana – e por extensão, o papel de Max Weber na inserção do programa estruturalista – toma sua verdadeira dimensão: os estruturalistas, como foi visto, admitem os avanços que o paradigma weberiano de racionalidade trouxe para o estudo das organizações complexas sob o aspecto da eficiência e utilizam a tipologia do poder e a teoria weberiana do carisma; mas rejeitam o carácter extático deste paradigma de racionalidade centrado no tipo ideal. Na verdade a crítica estruturalista, com a “descoberta” do conflito organizacional, se dirige – nos termos de Gouldner (1978:79-89) – ao *patos metafísico* que se manifesta na adoção deste paradigma de racionalidade pelas abordagens clássica e de relações humanas da teoria organizacional.

O *patos metafísico* se refere a um conjunto de sentimentos subjacentes a aceitação de uma teoria, por parte do grupo de indivíduos que a apoiam. Para Gouldner (Op. cit. : 81), entre os apoiadores da teoria weberiana da esse *patos* consistia em pessimismo e fatalismo, por força do carácter “estagnante” da rigidez do tipo ideal. Neste sentido:

“Considerado apenas o ponto de vista de suas conseqüências políticas, a perspectiva weberiana não é apenas anti-socialista, nem anticapitalista, mas é ambas. Na análise final, a sua divisa política torna-se a plague on both your houses. Se Weber deve ser considerado um ‘ideólogo’ é um ideólogo (...) que advoga a quietude e o neutralismo. Para muitos intelectuais que construíram uma teoria de organização grupal sobre os fundamentos weberianos, o mundo foi esvaziado de escolha, deixando-os desorientados e desesperados” (Gouldner, op.cit.:81-82).

A referência à metafísica esclarece muito o método dos tipos ideais. A burocracia ideal de Weber, construída a partir da acentuação/abstração unilateral das características racionais das organizações reais, tem um caráter positivamente metafísico, no sentido em que se propõe essência profunda e imutável dos fenômenos da organização verificáveis na empiria. Neste sentido metafísico o tipo ideal assume a dimensão de um modelo da potencialidade das organizações sendo que o estudo da organização orientado por essa perspectiva dar-se-á no sentido único de adequar as estruturas da organização ao tipo ideal.

A introdução da idéia de conflito estrutural nas organizações, entendido como processo dialético, conduz a uma concepção dialética da própria essência do fenômeno organizacional, entendida neste nível como mutável, contraditória e em constante transformação. Neste sentido, a noção de conflito organizacional conduz à uma teoria da organização em conflito, em franca oposição ao paradigma de racionalidade weberiano, que com seu tipo ideal imutável fundamenta uma abordagem estática da teoria organizacional.

É no sentido dessa nova teoria dinâmica da organização que se articulam os primeiros estudos de cunho estruturalista nas organizações, que começam a encarar as disfunções da burocracia como funções latentes, advindas do processo de transformação da organização e de sua estrutura em conflito.

Todavia, os modelos de análise organizacional, neste ponto, ainda se encontravam inseridos em lógicas aparentemente irreconciliáveis, descrevendo a organização sob um ponto de vista parcial. Fez-se necessário, portanto, estudar esses modelos em função de suas orientações contraditórias para obter-se a síntese estruturalista, que se manifesta na visão totalizante das organizações. As mediações necessárias para essa análise se encontram no estudo estruturalista do conflito organizacional.

4.2.3 O estudo estruturalista do conflito organizacional

A noção de conflito alimenta um dogma dos estruturalistas, expresso por Motta como a impossibilidade de tornar o trabalho agradável em termos absolutos, em função da alienação dos indivíduos participantes da organização com relação aos meios de produção e objetivos organizacionais.

Para os estruturalistas – Etzioni em particular – o conflito, nos termos da aplicação do método, se constitui numa *invariante estrutural*¹¹ que pode fornecer o acesso do analista a rede de relações subjacentes a organização que condicionam seu comportamento e definem as regras de sua variação em diferentes contextos. Neste sentido, o estudo do conflito e o estabelecimento de tipologias e modelos de análise que permitam caracterizar e prever suas implicações é fundamental para a aplicação do método estruturalista na análise organizacional. Segundo Chiavenato:

“Os estruturalistas indicam as numerosas e importantes funções sociais do conflito e não concordam com qualquer repressão artificial do mesmo. Através do conflito, pode-se proceder a uma verificação do poder e do ajustamento do sistema da organização à situação real.” (Op. cit.:252).

O conflito, portanto, no sentido de agente de mudanças e de transformação organizacional, toma, neste sentido, a dimensão de paradigma de racionalidade, que supera o weberiano, embora permaneça inserido em uma orientação instrumental. A abordagem estruturalista tende a abordar o conflito sob uma perspectiva utilitária

Para Motta (Op. Cit.:49-51) as contribuições mais relevantes para o estudo do conflito forma as de Etzioni e Blau & Scott

O modelo de Etzioni identifica os seguintes focos de conflito comuns a maior parte das organizações:

- Organização X Indivíduo;
- Racionalidade X Irracionalidade;
- Relações Formais X Relações Informais; entre outros.

O próprio Etzioni (1976:119), entretanto, identificou como o conflito estrutural mais importante no âmbito das organizações complexas as tensões referentes ao relacionamento entre conhecimento e hierarquia. Chiavenato coloca a questão da seguinte maneira:

“(...) o conceito de que burocracia é uma hierarquia na qual os mais racionais governam os menos racionais não é correto, face a duas realidades:

¹¹ Segundo Dosse (Op.cit. 21) O termo “ invariante estrutural” foi empregado pela primeira vez por Claude Levi-Straruss em seu estudo acerca das estruturas elementares do parentesco. Foi considerada uma invariante estrutural, por exemplo, a proibição do incesto no âmbito das sociedades ditas primitivas. Foi a partir dessa invariante, e de seu papel fundamental no processo socializador que permitiu ao etnólogo francês definir as regras de variação combinatória dos critérios das uniões matrimoniais nas sociedades estudadas. A nosso ver, o conflito tem uma relevância análoga no âmbito das organizações complexas.

- a) *a grande maioria do pessoal preparado se encontra nas posições médias e não nas mais elevadas;*
- b) *porque aquelas posições médias são incompatíveis com a autoridade administrativa e com a autoridade profissional (competência técnica)”* (Op. cit. : 252 – 253).

Segundo Chiavenato (Op. cit.:253), Etzioni define três tipos de organização em termos da organização do conhecimento e da forma pela qual se dá o conflito entre especialistas (conhecimento) e administradores (hierarquia). São estes tipos:

- *Organizações especializadas:* nestas organizações a criação e produção do conhecimento é indissociável das metas organizacionais, de modo que a liderança é exercida pelos próprios especialistas e a estrutura “administrativa” é – no entender de Chiavenato (op. cit.:253) – subsidiária, no sentido de se limitar a apoiar as diretrizes estabelecidas pelos especialistas. Neste sentido, as tensões entre esses dois campos se processam de forma inversa a encontrada em outros tipos de organização, tendo em vista que os administradores desempenham funções secundárias e o poder de decisão se encontram nas mãos de especialistas. São exemplos de organizações especializadas os hospitais, as universidades as organizações voltadas para a pesquisa, entre outras.
- *Organizações não especializadas:* neste tipo de organização o conhecimento é antes um meio do que um fim. Neste sentido, percebe-se que neste tipo de organização a produção do conhecimento está atrelada às diretrizes e objetivos estabelecidos pelas autoridades hierárquicas. As tensões e conflitos nestas organizações costumam ser acentuados pois as orientações especializadas e econômicas são menos compatíveis. São exemplos de organizações não especializadas as empresas comerciais, indústrias, forças armadas, entre outras.
- *Organizações de serviço:* consistem em organizações que utilizam mão de obra especializada que, embora utilize os recursos e instalações disponibilizados pela organização, não está ligada a ela por vínculos empregatícios ou sujeição direta a hierarquia estabelecida. Os focos de conflito nestas organizações, segundo Chiavenato (Op.cit.:254), decorrem do pequeno grau de controle dos administradores sobre o corpo de especialistas, em virtude das características estruturais destas organizações. São exemplos de organizações de serviços as empresas de consultoria, centros de pesquisa e desenvolvimento, etc.

Uma outra abordagem dos conflitos organizacionais é apresentada por Blau & Scott. Para Chiavenato (Op. cit.:254), os autores participam de uma visão do conflito como um processo fundamentalmente dialético, no sentido da superação através da oposição das contradições intrínsecas, atuantes em nível estrutural. Segundo o autor, este modelo de Blau & Scott trabalha basicamente com as tensões entre organização formal e informal, e entre os clientes e a própria organização.

A estrutura de relações que resulta destes focos principais de conflito definidos por Blau & Scott implica em um certo número dilemas organizacionais. Para Chiavenato:

“(...) as organizações se confrontam com dilemas, isto é, escolhas entre alternativas nas quais algum objetivo importante e valioso terá de ser sacrificado no interesse de um outro. O conceito de dilema permite uma compreensão dos processos de mudança gerados internamente em uma organização social” (Op. cit.:254- 255)

As abordagens de Blau & Scott, segundo Motta (Op.cit.:51), identificam os seguintes dilemas:

- I. Comunicação X Coordenação;
- II. Disciplina Burocrática X Especialização Profissional;
- III. Planejamento X Iniciativa.

O primeiro desses dilemas diz respeito às dificuldades em conciliar a coordenação das atividades organizacionais com a comunicação livre entre os setores diversos da organização. Neste sentido, segundo Chiavenato, ao mesmo tempo em que a hierarquização favorece o controle e estabelece barreiras à comunicação organizacional; a opção por processos de livre comunicação deverá favorecer a disseminação de informações na organização em prejuízo do controle e da coordenação das atividades.

De forma semelhante, o dilema entre disciplina burocrática e especialização profissional (II) estabelece as dificuldades em conciliar a autoridade do especialista e a autoridade do burocrata, ou do administrador.

O último dos dilemas a que se referem Blau & Scott diz respeito a necessidade de um planejamento centralizado *versus* a necessidade de iniciativa individual. Segundo Chiavenato (Op.cit.:256), boa parte dos avanços em uma organização – em termos da aquisição ou desenvolvimento de novas tecnologias, ajuste de processos,

etc – depende da iniciativa pessoal dos participantes. Entretanto, a manutenção de uma diretriz geral de orientação coletiva dos esforços dos participantes, orientada pelo estabelecimento de um planejamento central, é igualmente fundamental para efeitos de controle; embora este planejamento central tenha um papel inibidor da criatividade individual.

Todos esses modelos reproduzem um conflito essencial nas organizações, que diz respeito aos interesses da própria estrutura de poder da organização que determina os aspectos formais de sua estrutura de relações frente aos interesses dos indivíduos que preenchem as posições organizacionais e determinam os seus aspectos informais. É na análise deste conflito estrutural que se encontra a chave para a visão da organização sob uma perspectiva totalizante.

4.2.4 A síntese estruturalista

Do ponto de vista da dialética, a visão da totalidade se manifesta na síntese das contradições encontradas na realidade. Segundo Konder:

“A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que chamamos totalidade” (1981:37).

Essa “visão de conjunto” é, contudo, provisória. Para o mesmo autor:

“A visão de conjunto (...) nunca pode pretender esgotar a realidade a que ela se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade” (Konder, 1981:37).

Essa concepção é fundamental para entender a síntese estruturalista das abordagens formais e informais da teoria organizacional. Conforme foi visto, a abordagem estruturalista determina uma visão dinâmica das organizações, condicionada pelas determinações conflitantes desses aspectos formais e informais na estrutura da organização. Essas determinações, contudo, devem ser compreendidas sob uma perspectiva totalizante de modo a encontrar a unidade fundamental nesta diversidade.

O problema da síntese estruturalista, neste sentido, é o problema da superação qualitativa das abordagens precedentes. Refere-se, em última análise, a busca da estrutura concreta, conforme Selznick:

“A estrutura concreta resulta (...) das influências recíprocas dos aspectos formais e não convencionais da organização. Além disso essa estrutura representa por si mesma uma totalidade, um ‘organismo’ adaptável, que reage às influências do ambiente externo a que se expõe” (1978:36).

A concepção de Selznick revela um aspecto importante das articulações entre as noções de estrutura e dialética na teoria organizacional. Para ele, a noção de estrutura organizacional deve resultar de um processo dialético de mediação do conflito estrutural da organização, de modo a designar a totalidade da realidade organizacional em um dado momento e permitir também a visão das transformações que as determinações conflitantes implicam.

Esta concepção, contudo, não se refere apenas a uma orientação diacrônica para a análise organizacional, no sentido da análise desta sucessão de transformações estruturais determinadas pelas orientações conflitantes. Ela se refere, principalmente, a uma estrutura organizacional total, que engloba os aspectos formais e informais da organização sob o ponto de vista do novo paradigma dinâmico de racionalidade, onde a exigência de eficiência não é mais condicionada a potencialidade expressa pelo tipo ideal, mas pelas comparações entre organizações com estruturas semelhantes. Neste sentido, a concepção de Selznick não é o ponto de partida para a síntese estruturalista mas o próprio ponto de chegada. Parafraseando Marx e Selznick simultaneamente, pode-se dizer que a “estrutura concreta” só é concreta por que é a síntese de várias determinações diferentes, é a unidade na diversidade.

Na verdade, depois da teoria estruturalista a divisão da análise organizacional em termos formais ou informais passou a ter um sentido puramente didático, útil apenas para caracterizar a inserção dos estruturalistas e expor de forma mais acessível o estudo diacrônico da análise organizacional. Para os estruturalistas, em última análise, não existem aspectos informais e formais em termos absolutos, mas uma totalidade organizacional sujeita ao condicionamento de uma estrutura de relações subjacente. É neste sentido que se pode falar de uma superação estruturalista das abordagens anteriores: o estruturalismo analisa a organização do ponto de vista de

categorias antinômicas (formal – informal, racional – irracional, etc.) que só fazem sentido se considerados de maneira simultânea e indivisível.

A prova dessa indivisibilidade esta pode ser encontrada nos modelos de análise estrutural construídos pelos estruturalistas, onde os aspectos formais e informais se relacionam e convergem no seio de uma única estrutura. As estruturas de consentimento propostas por Etzioni ilustram bem essa nova concepção. O consentimento é uma força resultante de um aspecto formal (poder) e outro informal (participação). Esses componentes internos, contudo, se interrelacionam ao ponto de uma modificação em um deles provocar uma resposta imediata na orientação de sua contraparte. Deste modo a estrutura de consentimento supera a soma do formal e do informal, concebendo essas determinações conflitantes como uma unidade.

Neste sentido, esse modelo se torna apto a representar as transformações da organização no decorrer de um determinado período, assim como permite a visão da estrutura organizacional sob uma perspectiva da totalidade. O modelo supera deste modo os modelos parciais, construídos em função do tipo ideal, pois manifesta uma mudança qualitativa no paradigma de análise organizacional; onde os aspectos formais e informais são analisados em conjunto e de forma interdependente e a estrutura de consentimento toma a dimensão de uma totalidade em constante transformação.

5. Considerações Finais

Tendo em vista os conteúdos discutidos no âmbito do presente estudo, cumpre que se faça algumas considerações finais ao que se refere a essa abordagem dos fundamentos do estruturalismo na teoria organizacional, tendo em vista:

- Oferecer uma síntese dos aspectos tratados no trabalho, uma visão de conjunto dos diversos aspectos discutidos;
- Destacar os elementos que permitam formular hipóteses significativas acerca do tema, de modo a subsidiar abordagens posteriores; e
- Destacar os elementos que permitam colocar em questão a abordagem estruturalista da teoria organizacional, em termos específicos e o próprio estudo estruturalista das organizações, bem como do seu paradigma de racionalidade dominante.

No que diz respeito a uma visão de conjunto dos aspectos tratados no presente estudo, deve-se analisar primeiramente os aspectos da evolução do sentido da noção de estrutura na teoria organizacional. Os conteúdos tratados permitiram verificar que o estruturalismo na teoria organizacional está fundamentado em uma noção estrita de estrutura que privilegia o ordenamento das diferenças estruturais entre as organizações em uma perspectiva sincrônica – que, como foi visto, é característica da análise organizacional – privilegiando uma abordagem comparativa. Essa noção estrita do termo *estrutura* pôde ser verificada na análise dos modelos estruturalistas de análise organizacional, e a crítica estruturalista dos modelos de análise que lhe precederam é – em última análise – a crítica da noção etimológica de estrutura, no mesmo sentido em que é também a crítica do paradigma de racionalidade weberiano.

No âmbito dessa crítica pode-se ainda tecer considerações acerca das tendências de aplicação do método em função das articulações entre a noção de estrutura e as demais noções acessórias que fundamentam o pensamento estrutural. Os aspectos da crítica e da proposição de modelos de análise organizacional sugerem uma forte tendência a articulação das noções de *estrutura* e *modelo* no contexto do estudo estruturalista das organizações, de forma semelhante os aspectos do estudo do conflito e da síntese estruturalista sugerem uma tendência a articulação das noções de *estrutura* e *dialética* neste mesmo âmbito.

Se por um lado é bastante clara a presença dessa última articulação no pensamento estruturalista da teoria organizacional, não se pode, absolutamente, ser conclusivo quanto a determinar qual a procedência desta noção de dialética; no sentido de sua acepção original em uma determinada corrente específica. A abordagem da dialética pelos estruturalistas na teoria organizacional é bastante diferente da abordagem dos estruturalistas que se dedicaram a releitura de Marx e do materialismo histórico.

Mesmo no que diz respeito a Etzioni em particular, que cita Marx como uma influência, o caráter dialético desse pensamento estruturalista não se parece com a dialética marxista. A título de hipótese, poder-se-ia sugerir que esse caráter é decorrente do hiper-empirismo dialético, e da chamada sociologia concreta, particularmente influentes sobre a sociologia americana do período. Neste sentido, em termos de categorização, o estruturalismo da teoria organizacional oscilaria antes entre o “abstrato” e o “concreto” – via Gurvitch – do que entre o “abstrato” e o “dialético”. Para verificar esta hipótese, contudo, se faria necessário um estudo específico que procurasse abordar o estruturalismo com base nas disciplinas vizinhas as ciências da administração, procurando verificar as influências das principais correntes da sociologia sobre o estudo específico das organizações.

Um estudo semelhante, enfocado na influência da psicologia da forma e das correntes fenomenológicas sobre este campo, seria necessário para validar a hipótese de Motta acerca de uma tendência estruturo-fenomenológica subjacente a escola estruturalista da teoria organizacional. Com relação ao papel de Weber neste estruturalismo fenomenológico, entretanto, seria necessário um estudo mais complexo, que deveria incluir os estudos do próprio Motta acerca de Weber e da burocracia, além de uma vasta revisão da igualmente vasta obra de Weber, afim de determinar os fundamentos do “estruturalismo weberiano” e suas ligações com o contexto da fenomenologia no início do século.

O presente estudo também permite lançar a hipótese de uma leitura do estruturalismo como ponto central da teoria geral da administração, no sentido em que a abordagem estruturalista da teoria organizacional foi a precursora da posterior abordagem sistêmica. Um estudo neste sentido poderia ser efetuado em termos da continuidade da escola dos sistemas abertos com relação a tendência aberta pelos

estruturalistas com sua visão totalizante e seus *system models*". De fato, o "estruturalismo de modelos", orientado por um caráter sistêmico; as vinculações e a relação de quase sinonímia entre as noções de *estrutura* e *sistema*; a ênfase na totalidade; a idéia subjacente do todo que supera a soma de suas partes; a noção de uma sociedade de organizações; todos esses elementos sugerem que o estruturalismo tenha sido o foco de contágio da "febre do sistema" a que Foucault se referiu, na teoria das organizações.

Quanto aos elementos para uma crítica do pensamento estruturalista na teoria organizacional – para além dos aspectos propostos pelas escolas posteriores, o presente trabalho permitiu que se levantasse algo a esse respeito.

O primeiro desses elementos se refere a uma visão excessivamente otimista com relação ao conflito organizacional. Na visão dos estruturalistas, o conflito é um agente de transformação estrutural, e pode ser benéfico para a organização não apenas na medida em que sua desconsideração tende a resultar em problemas graves, como também na medida em que o conflito é administrável.

Uma abordagem crítica do estudo estruturalista do conflito organizacional pode ser extremamente reveladora do paradigma de racionalidade do estruturalismo na teoria racional, paradigma esse que, no atual momento histórico, parece ser o dominante, em vista de seu foco na transformação e de seu caráter totalizante. Uma tal crítica ganharia muito se fosse norteadada pela obra de Guerreiro Ramos, principalmente no que diz respeito a seu modelo de racionalidade substantiva em oposição ao modelo descritivo de racionalidade instrumental/utilitária dos estruturalistas na teoria das organizações.

Essa perspectiva de uma crítica "guerreirista" ao estruturalismo pode ser igualmente promissora no que se refere a concepção estruturalista do ser humano na organização. O modelo de participação dos estruturalistas corresponde ao *homem organizacional* de Whyte Jr. & William (in Motta, 1978 : 42). Para eles, o homem organizacional é um produto típico da sociedade moderna, marcada pelas organizações complexas, uma resultante de uma sociedade de organizações que implica na dependência do homem moderno para com este sistema de organizações altamente diferenciadas. Participante de uma personalidade bastante flexível, com

alta resistência à frustração, capacidade de adiar as recompensas e um permanente desejo de realização.

Este modelo é a base da teoria motivacional – principal instrumento de administração do conflito – dos estruturalistas, baseada em recompensas de caráter financeiro e moral, de acordo com a estrutura da organização. Pode ser criticado ao próprio nível do estruturalismo, em função de seu caráter prescritivo e parcial no sentido de sua clara opção pelas determinações da cúpula da organização. Pode também ser criticado do ponto de vista dos modelos de homem definidos por Guerreiro Ramos.

Estes dois elementos convergem não apenas no aspecto de sua adequação a uma crítica da teoria motivacional estruturalista, fundamentada por Guerreiro Ramos, mas em um aspecto mais amplo da própria crítica ao anti-humanismo do próprio estruturalismo, enquanto método interdisciplinar nas ciências humanas.

Essa crítica se expressa eloqüentemente nas palavras de Dosse: “O homem, paradigma perdido da abordagem estrutural” (1993:18).

Trata-se de uma reação à “morte do sujeito”, e, por extensão, à “morte do humanismo” apregoada por Michel Foucault. A crítica do anti-humanismo dos estruturalistas na teoria organizacional – que pode ser entendida como a crítica do anti-humanismo na própria teoria organizacional, levando-se em consideração o atual momento histórico – seria uma contribuição significativa para o movimento de revisão do estruturalismo nas ciências do homem.

Essa crítica, contudo, não pode deixar de levar em consideração os frutos do programa estruturalista para a teoria organizacional e para o conjunto de disciplinas que aderiram a seus pressupostos. Acerca disso, pode-se dizer que:

“A experiência das ciências sociais é aqui chamada a responder ao emergir de um humanismo do possível (...). Suplantar o estruturalismo impõe um retorno a essa corrente de pensamento que difundiu amplamente o seu método no campo das ciências sociais como um todo. Refazer as etapas de sua conquista hegemônica, valorizar os processos de adaptação de um método à pluralidade disciplinar das ciências do homem, apreender seus limites e impasses onde se esgotou essa tentativa de renovação do pensamento” (Dosse, op.cit.:18).

Neste sentido, a crítica do anti-humanismo estruturalista não poderá se reportar nem a era de ouro do iluminismo e nem ao humanismo que antecedeu o próprio estruturalismo, nem tão pouco ignorar as conquistas metodológicas em termos de rigor científico e de orientação totalizante.

No campo específico da teoria organizacional, o retorno ao “velho” humanismo é inadmissível. Sua visão parcial, sua ênfase no comportamentalismo em benefício da eficiência e da “maximização do patrimônio do acionista ordinário” torna esse “humanismo tão nocivo à reavaliação teórica do elemento humano na organização quanto contraproducente no âmbito da prática administrativa. Assim, a orientação principal dessa crítica deve ser a opção por um novo humanismo, por um novo modelo de homem e, sobretudo, por uma nova teoria das organizações.

Referências Bibliográficas

- ARON, Raymond *in* VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- BLAU, Peter M. & SCOTT, W. Richard. Organizações Formais: uma abordagem comparativa. 1.^a ed. São Paulo: Atlas, 1970.
- BLAU & SCOTT *in* FARIA, A Nogueira de. Dinâmica da Administração: perspectivas e projeções. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BARTHES, Roland. A Atividade Estruturalista *in* Estruturalismo: antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- BASTIDE, Roger. Introdução ao Estudo do Termo Estrutura *in* Usos e Sentidos do Termo “Estrutura”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- BENEVISTE, E. *in* LEPANGNEUR, Hubert. Introdução aos Estruturalismos. São Paulo: Herder, 1972.
- CARAVANTES, Geraldo R. Teoria Geral da Administração: pensando e fazendo. Porto Alegre: AGE, 1998.
- CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: McGraw – Hill do Brasil, 1983.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração. São Paulo: McGraw – Hill do Brasil, 1991.
- CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

CROZIER, M. *in* VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

DOSSE, François. Histoire du Structuralisme. Paris: Éditions La Decouverte, 1992, V. 1.

DOSSE, François. A História em Migalhas: dos annales à nova história. São Paulo: Ensaio, 1994.

ETZIONI, Amitai. Organizações Modernas. 5.^a ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

ETZIONI, Amitai. Análise Comparativa de Organizações Complexas: sobre o poder, o Engajamento e seus correlatos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FARIA, A Nogueira de. Dinâmica da Administração: perspectivas e projeções. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

GODELIER, M. *in* LEPANGNEUR, Hubert. Introdução aos Estruturalismos. São Paulo: Herder, 1972.

GOULDNER, Alvin W. Patos metafísico e a teoria da burocracia *in* Organizações Complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo, Atlas, 1978.

GURVITCH, G *in* VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

HOUSE, R.J. Structural Systems Theory *in* Theories of Organization. New York: John Wiley & Sons, 1975.

KONDER, Leandro. O Que é Dialética. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

LEPANGNEUR, Hubert. Introdução aos Estruturalismos. São Paulo: Herder, 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Noção de Estrutura em Etnologia *in* Seleção de Textos. São Paulo, Editora Abril, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Les Structures Elementaires de la Parente. 5.^a ed.

LUKÀCS, G. *in* VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

MARX, Karl. *in* VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da Administração: uma introdução. 3.^a ed. São Paulo: Pioneira, 1975.

PARSONS, Talcott. Sugestão para um Tratado Sociológico da Teoria de Organização *In Organizações Complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo, Atlas, 1978.

POUILLON, Jean. Uma tentativa de definição *in* Estruturalismo: antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

SASSURE, Ferdinand de *in* LEPANGNEUR, Hubert. Introdução aos Estruturalismos. São Paulo: Herder, 1972.

SANTOS, João Almeida & PARRA FILHO, Domingos. Metodologia Científica. São Paulo: Futura, 1998.

SELZNICK, Philip. Fundamentos de teoria de organização *in* Organizações Complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo, Atlas, 1978.

SENGE, Peter. A Quinta Disciplina: arte, teoria e prática da organização de Aprendizagem. 14. Ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SIMONIS, Yvan. Introdução ao Estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. 2.^a ed. Lisboa: Moraes, 1979.

VERGARA, Sylvia Constant. Tipos de pesquisa em administração. Caderno EPAB. FGV, 1990.

VIET, Jean. Métodos Estruturalistas nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

VIET, Jean *in* FARIA, A Nogueira de. Dinâmica da Administração: perspectivas e projeções. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

VON NEUMANN, K. *in* LÉVI-STRAUSS, Claude. A Noção de Estrutura em Etnologia *in* Seleção de Textos. São Paulo, Editora Abril, 1976.

WARLICH, Beatriz M. de Souza. Uma Análise das Teorias da Organização. 4.ed.rev.amp. Rio de Janeiro: FGV – Serviço de Publicações, 1977.

WHYTE JR. & WILLIAM *in* MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da Administração: uma introdução. 3.^a ed. São Paulo: Pioneira, 1975.